

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

GT da tributária elenca pontos de atenção 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Números sobre a cesta básica geram divergências em grupo de trabalho 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência: um novo começo (Artigo) 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência tem divergência de gasto de R\$ 10 bilhões 7

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo vai acelerar os cortes nos gastos públicos 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado promete esforço para substituir receita de MP 10

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: em negociações paralelas, setores buscam mudar projeto (Reforma tributária) 12

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O potencial inexplorado por Fernando Haddad nas redes sociais 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"É hora de estender a mão a Haddad", diz Febraban 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Revisão de previdência dos militares estará na mesa 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto fará Shein acelerar sua transição para o Brasil 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Recuperação do RS pode surpreender, estima BTG 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Planalto precisa mudar rumo e conter gastos (Editorial) 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para Alckmin, Brasil tem responsabilidade fiscal - MERCADO S/A 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Servidores aumentam pressão contra projetos de previdência..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad fala em revisão "ampla, geral e irrestrita" de gastos, e dólar cai..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

FGTS vai render mais? O que muda a partir de agora no reajuste? 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Analistas ainda têm dúvidas sobre avanço da proposta..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Ricupero e os bastidores do lançamento do Real..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Alckmin defende Haddad e prega eficiência do gasto..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto Seletivo: um museu de novidades - OPINIÃO JURÍDICA..... 41

GT da tributária elenca pontos de atenção

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Jéssica Sant'Ana

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados para regulamentação da **reforma tributária** começará na segunda-feira a escrever o parecer sobre o projeto de lei, mas já identificou dois temas que demandarão maior atenção: a inclusão da proteína animal na cesta básica e o regime específico para o setor imobiliário. Além disso, quer melhorar o conceito sobre o Imposto Seletivo, tributo criado para desestimular bens e serviços prejudiciais à saúde e ao ambiente.

Os integrantes do grupo também já formaram o entendimento de que devem ser mantidas as regras do "cashback" (devolução de **impostos**), apesar de pressões contrárias à criação desse mecanismo. Outro ponto consensual é a necessidade de ajustar a "técnica legislativa" e fortalecer a normatização em lei, ao excluir algumas das remissões à regulamentação posterior pela **Receita Federal** ou comitê-gestor do IBS.

Um debate prévio ocorreu entre seis dos sete integrantes do GT na terça-feira e depois foi levado ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e ao secretário extraordinário para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy. Os temas serão mais aprofundados na segunda-feira, com discussão sobre as possíveis soluções. "Sinto vontade, do GT e do governo, de resolver esses temas", diz o deputado Moses Rodrigues (União-CE). "A bancada do

agro e da construção civil tem muita força no plenário e estamos vendo uma construção que possa atendê-los", diz o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

A inclusão da carne na cesta básica nacional, com alíquota zerada do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), é uma das principais demandas da bancada ruralista. O governo optou por colocar 18 itens nessa lista, como arroz, feijão, leite e café, e deixou a proteína animal numa tabela de produtos com tributação reduzida em 60% - ou seja, pagarão 40% da alíquota geral.

A decisão, diz Appy, ocorreu para manter a alíquota padrão em 26,5%. Se houver a inclusão da carne suína, bovina, de aves e pescados na alíquota zerada, a taxa para os produtos e serviços em geral aumentaria para 27,1%. O secretário tem sustentado ainda que haverá redução na carga tributária sobre a proteína animal em relação ao que é cobrado hoje mesmo para os itens cuja alíquota será de 40% da

padrão.

Integrante do GT, o deputado Augusto Coutinho (Republica-nos-PE) alerta que o grupo assumiu o compromisso de não permitir que a alíquota supere os 26,5%. "Fizemos um acordo de não aumentar a alíquota, que já é muito alta. Por isso estamos trabalhando com todo o cuidado e embasamento técnico", diz.

Hoje, os integrantes do GT trabalham com duas expectativas para fazer essa incorporação das carnes: que o governo tenha enviado o projeto com "gordura" para as negociações políticas ou que os cálculos sejam revistos por causa de divergência entre os números da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** (Sert), da **Receita Federal** e da Associação Brasileira de Supermercados (Abbras). A Sert nega essas possibilidades (ler abaixo).

Outro ponto de atenção é o regime específico para o setor imobiliário, em especial a construção civil. Os empresários acusam aumento de 8% em média na tributação sobre as moradias e pedem que o redutor do IVA suba de 20% para 60% - percentual considerado inviável por integrantes do GT ouvidos pelo Valor.

O assunto foi debatido em audiência pública e em reuniões fechadas na quarta-feira, mas ainda não há uma solução. Outra demanda que sensibilizou os parlamentares é criar critério para correção inflacionária do redutor de R\$ 100 mil na tributação dos imóveis para baixa renda. Em nota, a Sert afirmou que está em contato para entender as demandas e os cálculos do setor. "O resultado desse diálogo servirá como subsídio para a Câmara, a quem compete a decisão", disse.

Por outro lado, já há consenso no grupo, apesar das críticas externas e até de alguns integrantes do GT, sobre a aprovação do "cashback" proposto pelo governo, com devolução de parte dos **impostos** sobre o gás de cozinha, energia elétrica, água, esgoto e demais compras para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). "Sobre a existência ou não do "cashback" não tem discussão, está constitucionalizado", afirma o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Segundo apurou o Valor, dois artigos estão em revisão de texto: um aprimoramento na conceituação do Imposto Seletivo e das regras sobre as "operações

não onerosas". Neste segundo caso, há questionamentos sobre possíveis cobranças do IVA sobre o empréstimo de um apartamento para um filho, sem cobrança de aluguel. Os técnicos estão reescrevendo o artigo para deixar claro que se trata de medida para coibir fraudes - como impedir que a compra de um carro ou imóvel para uso pessoal do dono da empresa gere créditos.

Na segunda-feira, os deputados do grupo vão se encontrar com os técnicos para começar, de fato, a redigir o parecer. A meta é "limpar" o texto, corrigir erros de técnica legislativa e evitar o termo "poderá" no que for possível, para evitar abrir espaço demais para regulamentações posteriores da **Receita Federal** e do Comitê Gestor do IBS que possam burocratizar a aplicação da lei.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) alerta, contudo, que as posições dos integrantes do GT ainda precisarão ser levadas aos líderes dos partidos para validação. "Essa decisão tem que ser coletiva, consensual, e quanto mais ampliarmos esse debate, mais apoio nós teremos", diz.

No governo e na Câmara, a percepção é de que será possível votar o projeto antes do recesso parlamentar e que os principais conflitos já foram mapeados. Grande parte das preocupações pode ser resolvida por ajustes de redação, dizem, sem dificuldades maiores na elaboração do sistema. A apresentação do parecer deve ocorrer em 4 de julho, com votação na semana seguinte.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1§ion=1>

Números sobre a cesta básica geram divergências em grupo de trabalho

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Jéssica Sant'Ana

O impacto da cesta básica proposta pelo governo abriu divergência entre a Secretaria Extraordinária para a **Reforma Tributária** (Sert) do Ministério da Fazenda, a **Receita Federal** e os supermercadistas nas reuniões fechadas do grupo de trabalho da Câmara sobre a regulamentação da reforma, segundo o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Galassi, e dois deputados ouvidos pelo Valor. A Sert nega que haja diferenças com a Receita. O Fisco não se manifestou.

A divergência teria ocorrido pelo uso de bases de dados diferentes para medir qual será o peso de cada produto na arrecadação e qual o valor da alíquota média cobrada sobre todos os alimentos. Os números variam de tributação média de 12,3% na conta da Sert a 15,8%, em conta apresentada pela Abras com dados que seriam da Receita.

O projeto de lei do governo estabelece três grupos de alimentos: 18 itens com alíquota zero, como arroz, feijão, massas, café e leite; uma lista com tributação favorecida, reduzida em 60%, onde estão carnes, queijos, bolachas, sucos, óleos, tapioca e sal; e os demais alimentos, com alíquota-padrão (26,5%), como os ultraprocessados e salmão.

Para determinar onde cada produto ficará inserido, o governo estudou a tributação atual e o valor nutricional, além do peso de cada um na arrecadação. Se as carnes ficarem com alíquota zerada, como defende a bancada ruralista, a alíquota-padrão terá que aumentar para 27,1% para manter a atual arrecadação.

Segundo Galassi, houve divergência nessa conta durante as reuniões entre os técnicos da iniciativa privada, da Sert e da Receita. Para a Abras, o valor que o governo arrecadará com os produtos vendidos em supermercados - alimentícios, higiene, limpeza e bebidas - está subestimado em R\$ 74 bilhões, o que abre espaço para zerar a alíquota das carnes e outros produtos sem alterar a alíquota-padrão. "Temos convicção de que, se colocarem as proteínas na cesta básica nacional, não haverá nenhuma preocupação de redução de carga tributária", diz.

A Abras usou a base nacional de vendas dos

supermercados em 2023 para calcular o peso de cada grupo de alimentos no consumo e, conseqüentemente, na arrecadação. Já a Sert teria adotado a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que os entrevistados declaram quanto consomem de cada item. Segundo dados aos quais o Valor teve acesso, a Receita se baseou nas notas fiscais de entrada dos produtos - o que não considera eventuais benefícios tributários da loja.

Cada um tem defendido a sua metodologia e apresentado falhas na do outro. Para Galassi, a base da Abras é mais atual e fiel, porque o governo teria superestimado o peso dos produtos da cesta básica e subestimado que os alimentos com alíquota cheia representariam quase metade do consumo.

Já o diretor da Sert, Rodrigo Orair, afirmou que a tabela exposta pela Abras "não faz sentido". "O cálculo do impacto na alíquota é feito com o modelo do tax Gap que não usa dados da POF. A POF é para avaliar impacto distributivo. Ela pergunta o quanto as famílias consomem. Porém, nem tudo que elas compram é em supermercado. Pode ser na padaria, na feira, etc", declarou. Por isso, na visão da Sert, é mais adequado utilizar a POF do que as notas fiscais. "Já os supermercados avaliam o quanto eles vendem. Não necessariamente para as famílias. Supermercados vendem para mercearias, restaurantes etc. Cada base de dados tem prós e contra", disse.

Outro técnico destacou, reservadamente, que a tabela comprova que, mesmo nas contas dos supermercados, haverá redução nos **impostos** sobre os alimentos.

Já a Receita foi procurada pelo Valor não se manifestou.

Para o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), um entendimento sobre os cálculos poderá permitir a inclusão da carne na cesta básica sem aumentar a alíquota-padrão. "Teremos nova reunião terça-feira e tenho expectativa de que essa discussão avance", afirmou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1§ion=1>

Previdência: um novo começo (Artigo)

Fabio Giambiagi Economista

Paulo Tafner e eu acabamos de lançar um novo livro, A Reforma Inacabada - O Futuro da **Previdência Social** no Brasil (Editora Altabooks), no qual procuramos contribuir para o "pontapé inicial" de uma futura reforma.

Uma mudança de envergadura, naturalmente, precisa alcançar certo grau de apoio, sem o qual é impossível aprovar algo no Congresso. Isso requer, em primeiro lugar, um lastro técnico. E, em segundo, uma discussão exaustiva. Vamos ao bom debate, então.

O mundo, aos poucos, muda.

Neste sentido, vale para a Previdência o mesmo que se aplica ao meio ambiente: o mundo hoje é praticamente o mesmo que 30 dias atrás, mas, em duas ou três décadas, a realidade muda muito quando o ser humano é descuidado.

Assim, uma série de pontos que ficaram de fora na reforma de 2019 merece atenção. Entre eles, a definição da idade de quem se aposenta por idade; uma maior redução do diferencial entre gêneros; as regras da aposentadoria rural; e uma mudança das condições de elegibilidade para o benefício da Lei Orgânica Assistencial (Loas).

Apesar dos ajustes ocorridos há cinco anos, há regras vigentes que são anacrônicas e incompatíveis com as tendências demográficas atuais. Cedo ou tarde, estas questões precisarão ser encaradas pela sociedade brasileira.

O problema é que o tempo passa... e os problemas se agravam.

O livro tem como epígrafe um trecho de uma peça inglesa de 1977 (Professional Foul), em que um dos personagens diz: "Amanhã é outro dia", ao que outro responde: "Amanhã, na minha experiência, é geralmente o mesmo dia". Antes, ficara famosa a frase "yesterday came suddenly" ("ontem chegou de repente"), tirada de uma das mais icônicas músicas dos Beatles.

O Brasil fez a reforma da Previdência em 2019. Depois de 2003, Lula tinha "driblado" a questão e optou, em que pese a sua enorme popularidade, por não fazer novas reformas. Como resultado, a despesa do **INSS**, que tinha sido de 6,2% do **PIB** em 2003, saltou para

8,1% do **PIB** em 2016, após 14 anos do PT no poder.

Agora, em 2024, a despesa atual do **INSS** será da ordem de 8% do **PIB** e, novamente com o PT no governo, o script parece se repetir. O Brasil precisa avançar rumo a uma nova reforma previdenciária. É necessário dar o primeiro passo para que ocorra uma discussão intensa e criar condições políticas para aprovar uma reforma em 2027 ou 2031. Nossa modesta contribuição é procurar dar a base técnica para que seja possível aprovar essa futura mudança. Para quem se adentrar nestes detalhes, boa leitura.

Fabio Giambiagi Economista

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

Previdência: um novo começo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Previdência tem divergência de gasto de R\$ 10 bilhões

Jéssica Sant"Ana De Brasília

As áreas técnicas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) apresentaram números distintos sobre a previsão de gastos com os benefícios previdenciários em 2024, ao revisarem a estimativa para o ano no segundo relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento. A diferença foi de quase R\$ 10 bilhões. Ao final, a presidência da autarquia optou pelo menor valor, número depois ratificado pelo Ministério da **Previdência Social**, mesmo sob algumas ressalvas.

As informações constam em notas técnicas do **INSS** e do Ministério da **Previdência Social** (MPS) obtidas pelo Valor via Lei de Acesso à Informação (LAI). Especialistas em contas públicas vêm alertando que as despesas com benefícios previdenciários estão subestimadas, o que tem implicação direta nos bloqueios de verbas do Orçamento, que ficam menores do que deveriam.

A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística (Dirofl) do **INSS** apresentou no dia 15 de maio uma estimativa de R\$ 912,292 bilhões para os benefícios previdenciários neste ano, considerando a ótica orçamentária. Esse valor é referente aos benefícios normais, ou seja, exclui sentenças e Comprev (compensação previdenciária). Também é líquido, ou seja, considera a projeção de devoluções de benefícios não sacados. E é calculado antes da incorporação da economia de R\$ 9,045 bilhões esperada com ações de combate a fraudes e melhorias de gestão.

Em 19 de maio, a Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (Dirben) do **INSS** pediu à Dirofl que refizesse o cálculo considerando previsão de crescimento vegetativo de 0,17% ao mês para benefícios previdenciários. A diretoria de orçamento havia usado uma taxa de 0,64% ao mês.

Com isso, a previsão líquida para benefícios previdenciários normais passou de R\$ 912,292 bilhões para R\$ 902,652 bilhões, uma diferença de R\$ 9,640 bilhões. O cálculo de R\$ 902,6 bilhões foi o ratificado pela presidência do **INSS**.

Nos documentos obtidos pelo Valor, a Dirben argumentou que o crescimento vegetativo de 0,64% ao mês foi calculado pela Dirofl a partir dos gastos

executados nos primeiros meses do ano, que foram "extraordinários". Também pontuou que o crescimento vegetativo é afetado pelo número de benefícios concedidos, que é sazonal ao longo do ano.

Por isso, a diretoria de relacionamento afirmou ser plausível aplicar para este ano o crescimento vegetativo apurado em 2023, de 0,17% ao mês. A presidência do **INSS** concluiu pela "factibilidade" dos valores projetados pela Dirben.

O número chegou ao Ministério da Previdência, a quem cabe fazer o cálculo dos valores sob a ótica financeira, a partir dos dados orçamentários, para inclusão no relatório de reavaliação do Orçamento. Mas a Coordenação-Geral de Estudos e Estatísticas do ministério também faz projeções, que ficaram até R\$ 8 bilhões superiores à adotada pelo **INSS**. Ainda assim, optou-se por usar a menor estimativa. Porém, foram feitas ressalvas à projeção.

"Deve ser ponderado o risco da despesa se comportar de acordo com a variação na despesa acumulada no ano, e não de acordo com o crescimento vegetativo apurado no ano de 2023. Da mesma forma deve ser ponderado o risco de a redução de despesas previdenciárias não ocorrer na intensidade esperada", diz a nota do ministério.

Para o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, "parece haver um esforço do governo para usar o número mais baixo possível, confirmando nossa hipótese de subestimativa da despesa".

Ao Valor o **INSS** afirma que a definição de parâmetro para o crescimento vegetativo observa um fluxo de informações entre áreas, que consideram aspectos diferentes. "As manifestações da área técnica da Dirofl analisam dados, exclusivamente/estritamente, de execução orçamentária e para isso considera-se o histórico executado. As manifestações da área de negócio da Dirben, consideram impactos das ações de gestão na análise dos dados físicos das concessões, e suas respectivas tendências", explica a autarquia. Já um técnico em Previdência afirmou, reservadamente, que não se pode usar uma taxa muito diferente da que vem sendo observada no ano.

No relatório de avaliação de receitas e despesas,

constou ao final uma despesa esperada com benefícios previdenciários normais de R\$ 893,607 bilhões, pela ótima orçamentária, e R\$889,512 bilhões, pela ótica financeira, porque foi considerada a economia esperada de R\$ 9,045 bilhões com ações de combate a fraudes e melhorias de gestão esperadas para o ano. Este dado já havia sido incorporado no primeiro relatório de avaliação do Orçamento e foi mantido.

De acordo com o técnico em Previdência, as notas técnicas mostram uma subestimativa de até R\$ 20 bilhões nas projeções do governo, porque, além da questão do crescimento vegetativo, ele não acredita que a economia esperada vai se confirmar.

0,17% É a estimativa de crescimento vegetativo mensal dos benefícios

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1§ion=1)**

Governo vai acelerar os cortes nos gastos públicos

Após a devolução da medida provisória que pretendia limitar a compensação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), o governo acelerará a agenda de revisão de gastos públicos, disseram ontem, em Brasília, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Eles se reuniram para discutir o tema e reafirmaram a unidade da equipe econômica em torno do corte de gastos.

"Começamos a discutir [o Orçamento de] 2025, a agenda de gastos. Vamos manter um ritmo mais intenso de trabalho neste mês, porque, em julho, começa a ser montada a peça orçamentária, e, em agosto, a peça é encaminhada ao Congresso Nacional. Estamos fazendo uma revisão ampla, geral e irrestrita do que pode ser feito para acomodar as várias pretensões legítimas do Congresso e do Executivo, mas sobretudo para garantir que tenhamos tranquilidade no ano que vem", declarou Haddad.

Segundo o ministro, a agenda de gastos envolverá tanto despesas primárias (executadas com a arrecadação de **tributos**), financeiras (desenvolvidas com recursos da dívida pública e do Banco Central) e gastos tributários (benefícios fiscais que impactam a arrecadação).

"Gasto primário tem de ser revisto. Gasto tributário tem de ser revisto e gasto financeiro do Banco Central também. Quanto mais esses três gastos estiverem caindo, melhor para o país", frisou Haddad.

O ministro desmarcou um seminário com investidores no Rio de Janeiro para se reunir com Tebet. Segundo Haddad, o Congresso Nacional está comprometido em lançar a agenda de revisão de gastos após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, devolver trechos da medida provisória do PIS/Cofins.

"Ela [a agenda de revisão de gastos] está ganhando ao longo do tempo tração cada vez maior. Eu e a Simone [Tebet] temos conversado cada vez mais sobre isso. Hoje, a reunião foi sobre isso. Eu penso que nessa agenda o Congresso está muito disposto a avançar, tenho dito isso", declarou. (Estado de Minas)

Site: <https://dp.presslab.com.br/20240514/>

Senado promete esforço para substituir receita de MP

Cetano Tonet, Julia Lindner e Renan Truffi

O Senado pretende fazer um esforço concentrado neste mês para aprovar medidas que gerem aumento de arrecadação como forma de compensar a desoneração da folha de salários a 17 setores da economia intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes. A decisão foi tomada durante reunião de líderes desta quinta-feira (13), em meio ao mal-estar gerado pela devolução da medida provisória do PIS/Cofins.

As medidas envolvem a repatriação de recursos no exterior, a atualização do valor de bens na declaração do Imposto de Renda, um Refis para multas aplicadas por agências reguladoras, legalização dos jogos de azar, além do uso de dinheiro esquecido no sistema financeiro e depósitos judiciais que hoje estão sem titularidade.

Governistas veem o pacote como insuficiente. Além disso, algumas matérias, mesmo aprovadas, não geram efeito imediato nos cofres públicos. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ficou de levar as idéias para o Ministério da Fazenda avaliar.

Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que quer apresentar um "cardápio" de possíveis medidas compensatórias para a desoneração da folha ao Executivo logo após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retornar de viagem à Europa, na próxima semana.

Apesar de ter devolvido a MP do governo, Pacheco minimizou os impasses alegando que há um longo processo de "pacificação e entendimento" entre Executivo e Legislativo em busca de uma solução para a desoneração.

"Tivemos um ano de 2023 muito positivo na economia. Não podemos permitir que em 2024, por alguma desinteligência ou algum desentendimento, haja uma reversão desse quadro. Por isso temos que trabalhar com unidade", afirmou a jornalistas.

Na reunião de líderes, chamou a atenção a ausência de senadores governistas para discutir uma solução para a compensação. Praticamente apenas Jaques Wagner e o vice-líder do governo Jorge Kajuru (PSB-GO) participaram. Randolfe Rodrigues (sem partido-

AP) passou no final.

Questionado ontem sobre o imbróglio entre Executivo e Legislativo, Lula saiu em defesa de Haddad. Na avaliação de Lula, Haddad "não deveria", mas, ainda assim, assumiu a "responsabilidade" de tentar encontrar uma saída para a questão da desoneração. Isso porque o Supremo Tribunal Federal (STF) deu 60 dias para que Executivo e Legislativo encontrem uma fonte de receitas que compense o valor da desoneração.

Diante desse cenário, o presidente defendeu que "a bola" está agora com empresários, que pressionaram pela rejeição da MP, e os congressistas.

"O Haddad tentou ajudar os empresários construindo uma alternativa à desoneração feita para aqueles 17 grupos. Nem deveria ter sido o Haddad a assumir essa responsabilidade, mas o Haddad assumiu e fez uma proposta. Os mesmos empresários não quiseram [a MP do PIS/Cofins], então agora tem uma decisão da Suprema Corte, que vai acontecer", explicou Lula, após participar da 112a Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na sede das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça.

"Se, em 45 dias não houver acordo sobre compensação, o que vai acontecer? Vai acabar a desoneração, que era o que eu queria, por isso que eu votei naquela época. Agora a bola não está mais na mão do Haddad, está na mão do Senado e dos empresários. Encontrem uma solução, o Haddad tentou. Não aceitaram, agora encontrem uma solução", complementou o presidente.

O sistema de desoneração dos setores permite que empresas afetadas substituam a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Segundo empresários e sindicalistas, esse modelo contribui para a geração de empregos, pois reduz custos com contratações. Juntas, as companhias desses segmentos empregam 9 milhões de trabalhadores.

Haddad também voltou a comentar a negociação em torno da medida ontem. O ministro afirmou que o modelo para o uso de crédito do PIS/Cofins, rejeitado pelo Congresso, pode voltar ao debate por meio de um

projeto de lei, até mesmo no âmbito do relatório do senador Jaques Wagner a ser apresentado no projeto de compensação da desoneração da folha.

Segundo Haddad, foram identificados "fraude e mau uso do instrumento", em referência ao uso de crédito do PIS/Cofins, tema que, alegou ele, foi apresentado ao presidente do Senado. Isso, disse Haddad, nada tinha de relação com o setor exportador que, em suas palavras, "foi o que mais gritou".

"Até pelo regime da **reforma tributária**, ele [setor exportador] tem seu direito à restituição [de créditos], já que um dos princípios da **reforma tributária** é o de não exportar **tributos**", afirmou o ministro em pronunciamento não previsto após reunião com a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

"Agora a bola não está mais com Haddad, está na mão do Senado" Presidente Lula

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1§ion=1>

Reforma tributária: em negociações paralelas, setores buscam mudar projeto (Reforma tributária)

O GT (Grupo de Trabalho) dedicado ao primeiro projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/2024) completou dez audiências públicas nesta semana. Mas é em reuniões fechadas na sala 171 do anexo 2 da Câmara, que lobistas de diversos setores econômicos negociam possíveis mudanças no texto original enviado pelo Ministério da Fazenda .

Não há ainda registros públicos dos participantes das reuniões na sala 171, mas já foram formalizadas 43 manifestações de mudanças no texto do projeto ou emendas de artigos.

Alguns desses pedidos podem constar no esboço do relatório que os sete membros do GT pretendem elaborar até a próxima segunda-feira (17) em reunião restrita a técnicos.

Integrantes do grupo ouvidos pela Folha reportaram que não é possível atender a todos os pleitos, mas discutem como acolher pontos específicos de alguns setores.

O GT é formado por sete deputados escolhidos pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP -AL), que dará aval para cada mudança no projeto, com a premissa de não haver elevação da alíquota projetada pelo governo.

Nos bastidores do GT, como efeito colateral da acomodação de interesses setoriais, parte dos deputados começa a mirar uma alíquota final em 27,5% para a soma de CBS e IBS, a contribuição e o imposto sobre bens e serviços.

A projeção do Ministério da Fazenda indica carga tributária de 26,5% a 27,5%, conforme o debate no Congresso resulte em aumento de isenções. O valor mais alto, contudo, vai contra a orientação de Lira.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Veja a demanda de alguns setores, segundo

integrantes do GT.

Carnes

Os deputados cobram da **Receita Federal** dados complementares aos da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE), utilizada pela Fazenda para elaborar a lista de itens da cesta básica e dos alimentos com direito a cashback e redução de até 60% na alíquota média.

Os parlamentares criticam o uso da POF de 2017, alegando que o padrão de consumo do brasileiro mudou, especialmente após a pandemia de Covid-19.

A atualização de informações sobre o consumo será usada para incluir ou não todas as proteínas animais na faixa de isenção ou deixá-las com alíquota reduzida em 60%. A medida é vista como decisiva para obter o apoio da bancada ruralista para a votação do projeto no plenário, prevista para ocorrer até 18 de julho.

Queijos

Fabricantes de queijos pediram para serem incluídos na alíquota zero. O texto original do PLP 68 prevê isenção de 60% para 12 queijos mais populares. O argumento para zerar a alíquota é que a produção de leite está atendida pela não incidência dos **impostos** e isso, de acordo com o setor queijeiro, pode criar desequilíbrio para a fabricação do laticínio. Há tendência de atendimento do pedido.

Automóveis

O setor de locação de imóveis pediu antecipação integral do crédito tributário na compra de veículos, sem regra de transição para a reforma. No caso do IBS, a transição será de 2027 a 2032. De acordo com um deputado, o setor argumentou que revende veículos após dois anos de uso e vê risco de prejuízo na hora de negociá-los.

Os locadores defendem a recuperação do crédito tributário já a partir de janeiro de 2027, alegando que o fato da creditação tributária ser progressiva faz o imposto que será restituído ficar menor na revenda

devido à depreciação de valor dos veículos.

O pedido para antecipar a restituição teria sensibilizado parte do GT e a Fazenda, principalmente depois de as locadoras sinalizarem que poderiam reduzir a compra de veículos novos. Elas são responsáveis por cerca de 30% das vendas anuais das montadoras.

Imóveis

O setor imobiliário pede para se creditar logo após a compra de glebas para loteamento. Da forma como o projeto está hoje, as incorporadoras teriam de desenvolver os condomínios e somente depois da venda de todos os lotes ter direito ao crédito tributário.

A antecipação é apontada pelo setor como necessária para desenvolver os empreendimentos. A mudança está em análise no GT, mas dependerá de cálculos da Fazenda.

Já o pedido para ampliar de 20% para 80% o desconto nos **tributos** para novos empreendimentos imobiliários divide os deputados. Eles debatem como alternativa elevar a faixa de isenção para imóveis de baixa renda, mantendo a carga para os de alto padrão para evitar impacto expressivo na alíquota final dos **impostos**.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/06/reforma-tributaria-em-negociacoes-parallelas-setores-buscam-mudar-projeto.shtml>

O potencial inexplorado por Fernando Haddad nas redes sociais

Ministro do governo Lula com maior número de seguidores nas redes sociais entre todos os membros da Esplanada, Fernando Haddad (Fazenda) ainda não explora o potencial deste universo. É isso que mostra um levantamento de consultoria Bites solicitado pela coluna.

Os dados evidenciam que Haddad detém cerca de 7,2 milhões de seguidores nas redes, o que representa 21% da audiência de todos os ministros, mas é um dos que menos faz postagens nas redes. De março do ano passado até agora, ele fez 162 publicações. Em número de posts, o chefe da pasta da Fazenda é o 32º colocado entre 34 ministros, à frente apenas de André de Paula (Pesca), com 100 publicações, e Esther Dweck (Gestão e Inovação), com 79 postagens no mesmo período.

Juntos, os membros do primeiro escalão do governo Lula angariam 35,2 milhões de seguidores, sendo Haddad o nome com mais seguidores. Atrás aparecem Marina Silva (Meio Ambiente), com 16%, e o vice-presidente, Geraldo Alckmin, com 9%.

- Do ponto de vista de comunicação, é um problema, porque o principal ministro do presidente Lula e potencial sucessor está fora do debate público nas redes sociais. Vemos que ele não discute questões nas quais poderia influenciar a opinião pública em favor do governo, como **reforma tributária** ou 'taxa das blusinhas'- diz o sócio e diretor-executivo da Bites. Manoel Fernandes.

O especialista aponta que a rede de Haddad passou a ser construída em 2018, quando foi candidato à Presidência da República, após Lula ser preso.

- Ele é uma peça importante na estratégia de comunicação do governo e ninguém faz uso dessa rede construída desde a campanha de 2018 - afirma.

Mesmo que indiretamente, Haddad movimentou as redes no mês passado, ao confrontar bolsonaristas na Câmara dos Deputados, e foi elogiado diretamente pelo presidente Lula. O ministro da Fazenda tem deixado claro, porém, que não pretende fazer o papel de "lacrador" e avalia que esse não é seu perfil.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2024/06/o-potencial-inexplorado-por->

fernando-haddad-nas-redes-sociais.ghtml

"É hora de estender a mão a Haddad", diz Febraban

BIANCA LIMA BRASÍLIA

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, avalia que o ajuste fiscal pelo lado das receitas "colapsou" e que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa de apoio dentro do próprio governo, além do Congresso e do empresariado, para levar adiante uma agenda de corte e desindexação de gastos públicos.

"É nítido que a agenda de ajuste fiscal, pelo lado das receitas e do aumento da carga tributária, colapsou", disse Sidney, ao Estadão.

"O pessimismo e os ruídos têm crescido rapidamente, como podemos ver nos preços dos ativos, com a forte alta do dólar, a queda da Bolsa e o aumento dos juros futuros." Para ele, a valorização da moeda americana - que fechou em queda ontem, mas acumula alta de 10,6% em 2024 - deveria servir como "sinal amarelo" não apenas ao mundo econômico, mas também ao político. "A alta do dólar é fonte de pressão inflacionária, exatamente por desajustar os preços", diz.

Sidney e os presidentes dos bancos privados vão se reunir hoje com Haddad e o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, em São Paulo. O encontro, segundo ele, está marcado há mais de dez dias e tem por objetivo debater a conjuntura econômica do País.

A fala do porta-voz do setor bancário ocorre em meio ao aumento das incertezas fiscais e ao desgaste de Haddad com parte do setor produtivo e com bancadas importantes do Congresso. Nesta semana, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolveu ao governo a parte da medida provisória que limitava as compensações dos **tributos** federais PIS/Cofins e onerava, sobretudo, o agronegócio e os exportadores.

O texto, que tinha o objetivo de compensar a desoneração da folha dos 17 setores que mais empregam e dos municípios, irritou lideranças empresariais, que alegaram estar arcando com a maior parte do ajuste fiscal do governo sem que o Executivo faça sua parte e revise seus gastos.

AGENDA ECONÔMICA. Apesar das turbulências, Sidney avalia que Haddad segue como o "fiador da

economia" e, "mais do que nunca", precisa do próprio governo, do Congresso e do empresariado. "É hora de estendermos a mão ao ministro, pois a agenda econômica vem perdendo tração e o fiscal não pode mais derreter." Sidney defende uma ação rápida e diz que não há outra saída a não ser enfrentar o debate sobre os gastos públicos.

E essa agenda, segundo ele, passa pela discussão da desindexação do Orçamento, pelo tamanho dos incentivos fiscais, a revisão dos pisos de Educação e Saúde, dos gastos da Previdência e da vinculação ao salário mínimo.

Em meio às pressões crescentes, Haddad e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, deram ontem declarações em defesa de que se intensifique a agenda de revisão e corte de gastos, que ainda não saiu do papel. O cardápio de alternativas, segundo os porta-vozes da equipe econômica, é amplo, mas ainda não foi levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Sem uma reavaliação criteriosa do ritmo de crescimento das despesas, a política fiscal tende a se manter em terreno expansionista, impedindo uma acomodação mais rápida da política monetária, que ainda está em nível bastante restritivo", diz Sidney, alertando ainda que, nesse cenário, o Banco Central poderá paralisar o processo de queda da taxa básica de juros, a Selic, em breve.

COPOM. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC se reúne na próxima semana, após a reunião de maio que foi marcada por ruídos e uma evidente divisão entre os diretores indicados pelo presidente Lula (que votaram por um corte maior, de 0,50 ponto porcentual) e os diretores da gestão anterior (que defenderam uma redução menor, de 0,25 ponto, posição que prevaleceu).

A taxa Selic atualmente está em 10,5% ao ano.

"O ganho que tivemos com a aprovação do arcabouço fiscal, que levou o BC a reduzir os juros, está se esvaindo com o aumento das incertezas fiscais.

Isso sem contar o risco de mais divisão no Copom, o que seria um cenário ruim para ancorar as expectativas de **inflação**", diz Sidney.

"O ganho que tivemos com a aprovação do arcabouço fiscal, que levou o BC a reduzir os juros, está se esvaindo com o aumento das incertezas fiscais" Isaac Sidney Presidente da Febraban

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Revisão de previdência dos militares estará na mesa

GERALDA DOCA, THAÍS BARCELLOS E MANOEL VENTURA *economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

ENTREVISTA: Simone Tebet / ministra do planejamento e orçamento

Na semana em que o mercado aumentou a pressão por corte de gastos e o Congresso mostrou maior resistência ao aumento de receitas, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que vai apresentar um "cardápio" de medidas ao presidente Lula. Em entrevista ao GLOBO logo após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar do assunto, ela mencionou a revisão da previdência dos militares como possibilidade. E disse que Lula sabe que "praticamente a única coisa que deu quase que 100% certo" no governo no ano passado foi a agenda econômica.

Na reunião com Haddad, ficou acertado acelerar a revisão de gastos?

A gente já vinha fazendo um trabalho, e agora vamos intensificar. Ao invés de a equipe se reunir duas vezes por semana, é para se reunir todos os dias, duas horas por dia, e já no final de junho apresentar um cardápio com possibilidades. Tudo está na mesa, nada está interdito, não ser a valorização do salário mínimo e a desvinculação da aposentadoria (do salário mínimo). Quando a gente fala de desvinculação, agente não falada aposentadoria, mas dos outros benefícios temporários.

Quais benefícios temporários?

A lei fala BPC (Benefício de Prestação Continuada), abono salarial, seguro-desemprego, auxílio-doença... Vamos ver como a gente pode modernizar. Eu tenho "N" possibilidades, eu tenho uma avenida. Essa avenida pode virar uma rua mais estreita sob a ótica da vontade política, mas mesmo assim é uma rua onde vai poder passar muita coisa.

Quais gastos serão revistos? Tudo, a princípio, está na mesa. Vamos limpar, sob a ótica do que é viável politicamente, o que atenderia a vontade não só do presidente Lula, mas também do Congresso Nacional. Esse filtro a gente ainda não fez. Se eu ficar muito focada na desvinculação, dá a entender que é a primeira medida, e não é.

O mercado e o Congresso dão sinais de que não há mais condições de ajuste fiscal pelo aumento da receita.

Isso chegou ao limite?

Não sei se chegou ao limite. Na justiça tributária, não. Mas na criação de **impostos**, sem dúvida nenhuma. Nosso foco é a meta (de déficit) zero, não só este ano, como no ano que vem. Para conseguir alcançar a meta zero em 2025, nós vamos ter que tocar na esteira da revisão de gastos.

Qual é o apoio do presidente ao corte de gastos?

Não sei, porque nem ele sabe o trabalho que nós estamos fazendo. Quando foi que, no Brasil, o governo falou em qualidade de gastos ou revisão de gastos? Nunca. O Fundeb (fundo de financiamento da educação básica), por exemplo, tinha acordo de chegar a 15% (de complementação pela União), o Congresso colocou a 23% e ninguém falou nada; 23% chegarão a R\$ 70 bilhões em 2028. Não preciso discutir diminuição do percentual, mas posso abrir o escopo. Pode servir para ampliar o leque de financiamento da educação.

O ministro Haddad está forte no governo?

A relação do Haddad é tão forte, pessoal, com o presidente Lula, que não vai ser uma questão que vai abalar essa credibilidade. O presidente Lula sabe que praticamente a única coisa que deu quase que 100% certo no ano de 2023 foi a pauta econômica do governo.

A equipe econômica está isolada neste momento?

Não podemos querer do presidente um discurso que ele não tem. O foco do presidente sempre foi o social. E ele deixa para equipe econômica dizer que, para ter social, tem que ter equilíbrio fiscal. Então é da essência do presidente Lula. Todo mundo sabe que é assim. Mas, ao mesmo tempo, nos bastidores, ele não interdita o debate. Meu papel é lutar pelo Brasil, não pelo governo, nem pela minha imagem. Meu papel é atuar neste momento como alguém mais técnica, mais introspectiva. Quando o Haddad está meio assim, cabisbaixo, lá vou eu falar assim: "toma um chá de

energia, que hoje eu estou bem". Quando eu estiver mal, eu vou lá falar "quem está mal agora sou eu, ajuda aqui".

O presidente vai concordar em cortar gastos?

O presidente fala: protejam os pobres. Ele é corajoso o suficiente para enfrentar o poderio econômico, isso ninguém discute. Nós vamos mostrar para o presidente que é possível cortar gastos de privilégios. Não estou dizendo que vamos conseguir avançar com os supersalários, mas tem que estar na mesa. Uma legislação previdenciária que, ainda que de forma gradual, atinja os militares.

A revisão da previdência dos militares será levada para o presidente?

Eu vou colocar tudo na mesa. Eu tenho coragem para colocar tudo. Até porque o próprio Tribunal de Contas da União fez um alerta em relação à previdência dos militares. O meu otimismo é porque tem um leque de possibilidades.

Os pisos da Educação e da Saúde e o crescimento das despesas da Previdência vão estrangular os gastos discricionários a partir de 2027. Como resolver?

E uma preocupação e está dentro do nosso programa de revisão de gastos, no cardápio de alternativas. Sou contra mudar o percentual de piso porque isso não passa no Congresso. E uma questão de realinhar a qualidade desse gasto.

No lugar de mudar percentuais, pode adotar a mesma regra do arcabouço fiscal, por exemplo?

Só vou deixar uma pergunta no ar. Vocês já pensaram o que significa colocar 2,5% (real) de trava na Saúde? Então não interessa mexer. Por que o presidente Lula vai se desgastar com uma pauta dessa se não vai trazer um centavo de dinheiro em caixa? E vai ter que colocar às vezes até mais. Está entendendo como é simples a resposta. Revisão de gastos requer inteligência emocional. Não tenho problema nenhum de ser aquela que tem que dar notícias. Mas é com muito diálogo.

A expectativa majoritária é de que a Taxa Selic vai parar de cair. O governo já está esperando isso? Não quero colocar mais lenha na fogueira esta semana. Será uma decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) das mais importantes e vai requerer da parte deles a maior responsabilidade possível e a maior autonomia. Quando falo de autonomia, estou falando dos dois lados, inclusive do próprio presidente Roberto Campos Neto, que tem de entender que, por enquanto, ainda é presidente do Banco Central - que

nós aprovamos, com o meu voto, que é autônomo. Se sempre se reclama da fala da equipe econômica ou do governo sobre o juro cair mais rápido, então a mesma crítica vale agora para o presidente do BC. Até o fim do ano ele é presidente do BC. Que ele leve isso em consideração, independentemente de ter quaisquer pretensões políticas futuras ou mesmo imediatas. Se vai ser secretário de Fazenda, se pretende ser ministro etc. Que isso seja levado em conta para a própria credibilidade do BC autônomo.

Isso é uma crítica ao jantar dele com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas?

A questão protocolar não é um problema institucional. Não acho que tenha de ser interdito nenhum ambiente para autoridades públicas no Brasil. Não acho que o ministro Haddad não possa falar com o banqueiro ou que não possa estar em um determinado jantar. Mas é a forma como agente se comporta, aquilo que agente externaliza que é levado em conta.

"O presidente Lula sabe que praticamente a única coisa que deu quase que 100% certo no ano de 2023 foi a pauta econômica do governo"

"Não podemos querer do presidente um discurso que ele não tem"

"Nós vamos mostrar para o presidente que é possível cortar gastos de privilégios"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Imposto fará Shein acelerar sua transição para o Brasil

CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.com.br

Os **impostos** sobre produtos importados -incluindo a chamada "taxação das blusinhas", aprovada na Câmara e que vai à sanção presidencial -farão a gigante chinesa Shein acelerar seu processo de transição para se tornar uma empresa brasileira, afirmou ontem Marcelo Claire, vice-presidente global da companhia, no Rio.

-A operação da Shein está numa transição de ser uma empresa que faz multi-importação de produtos da China para ser uma empresa brasileira, que fabrica muito no Brasil. Com os novos **impostos**, isso só faz com que aceleremos a transição e possamos abrir mais a plataforma para vendedores brasileiros -disse Claire ao GLOBO.

Ele afirmou que mais de 60% dos produtos atualmente listados no aplicativo da Shein no Brasil já são de vendedores nacionais, percentual que deve aumentar nos próximos anos.

Ex-executivo do SoftBank, o boliviano assumiu a vice-presidência da plataforma de fastfashion no fim do ano passado. Ele disse considerar injusta a "taxa das blusinhas". Mas frisou que a Shein buscará formas de baixar custos e manter preços atraentes para o consumidor: - Eu critico muito, acho desnecessária (a taxa) porque, se você tem dinheiro para viajar, pode aterrissar no Rio ou em São Paulo e importar seus mil dólares em produtos. Mas, se você é uma pessoa das classes C, D e E, que são 90% dos clientes (da Shein), tem de pagar 43% de imposto. Não me parece justo.

Claire contou ter tido "várias conversas" com o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mas reconheceu que é preciso adaptar os negócios: -Claro, não estamos contentes (com a taxa), mas vamos continuar trabalhando para baixar os custos e fabricar mais no Brasil.

O executivo participou de um painel sobre megatendências no FII Priority Summit, evento organizado no Rio pelo Future Investment Initiative Institute, entidade sem fins lucrativos financiada pelo fundo soberano da Arábia Saudita.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Recuperação do RS pode surpreender, estima BTG

Anais Fernandes

A maior intensidade e concentração de chuvas tomou as enchentes de setembro de 2023 no Rio Grandes do Sul mais letais, porém, com impactos econômicos menores do que os estimados para as enchentes mais persistentes de maio de 2024. Ainda assim, os estímulos divulgados pelo governo federal indicam que a recuperação este ano pode ser ainda mais rápida do que a observada em 2023. É o que aponta um estudo especial do BTG Pactual sobre os impactos de curto prazo na atividade econômica pelas enchentes no Estado.

Os economistas do banco também concluíram que a dinâmica de recuperação da atividade em casos de enchentes no Estado tende a ser bem mais veloz do que na crise sanitária da covid-19, com o estoque de empregos formais, por exemplo, normalizando em cerca quatro meses, e a arrecadação de **tributos** municipais, em torno de três bimestres após o choque.

O BTG analisou dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2021 e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do governo, além das informações de Imposto Sobre Serviços (ISS) e repasse de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) divulgados pelo Tesouro Nacional.

Como cidades "muito afetadas" pelas enchentes, o BTG considerou os municípios classificados pelo governo gaúcho em estado de calamidade pública. Nas enchentes de setembro de 2023, foram 20 municípios, a maioria na região do vale do Taquari. Nas enchentes de maio deste ano, são 78 cidades, incluindo a capital Porto Alegre. Para o "grupo de controle" (cidades menos afetadas), foram considerados municípios gaúchos que não têm fronteira com cidades impactadas.

Com base na dinâmica de arrecadação de **impostos** municipais após as enchentes de 2023, o BTG estima um impacto negativo das chuvas deste ano no Estado de 0,2 ponto percentual no **PIB** do Brasil no segundo trimestre de 2024, próximo ao limite inferior das estimativas de mercado.

"Mais importante que a projeção de impacto aqui apresentada, a dinâmica de recuperação do emprego

e da arrecadação de **tributos** municipais indica rápida recuperação da atividade nessas regiões, liderada pelo setor industrial e, principalmente, pela construção civil. Assim, esperamos um efeito muito pequeno sobre o **PIB** de 2024, com impulso nos investimentos e queda no consumo das famílias", escrevem os economistas Bruno Martins, Francisco Lopes e Giulia Secco em relatório.

A partir do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a equipe do BTG observou que, em termos de volume médio diário de chuvas, as enchentes de maio de 2024 foram 30% maiores que as de setembro de 2023 nas cidades mais afetadas. A concentração de chuvas no ano passado, no entanto, foi mais alta. "Embora maio de 2024 tenha apresentado chuvas mais persistentes e um volume médio maior, as chuvas de setembro de 2023 foram mais intensas e concentradas em determinados dias", afirmam.

Isso combina com a constatação de que o percentual de mortes, feridos, desaparecidos e pessoas afetadas foi proporcionalmente maior em 2023, de acordo com dados do governo gaúcho compilados pelo BTG e "normalizados" para as populações das cidades em calamidade em cada momento. Já o número de desabrigados, desalojados e resgatados foi maior nas enchentes deste ano.

A maior proporção de desalojados em maio de 2024 (10,6%, ante 4% em setembro de 2023) permitiria assumir, segundo o BTG, que o choque econômico das enchentes mais recentes foi 2,6 vezes mais intenso do que o de 2023.

Considerando os dois apontamentos em conjunto - as diferenças de precipitação e a proporção de pessoas desalojadas -, as enchentes de maio de 2024 teriam um impacto sobre a atividade econômica entre 30% e 160% maior que o valor estimado para os efeitos das enchentes de setembro, aponta o BTG. Os economistas trabalharam com um ponto médio, em torno de 100%, ou seja, os impactos estimados na atividade das enchentes de setembro de 2023 foram dobrados para 2024.

O tamanho do estímulo fiscal para a região, dizem, será determinante para a velocidade de recuperação econômica. "Estimamos que as medidas já anunciadas são quase 20% maiores do que os recursos

destinados aos municípios em 2023, em termos relativos ao **PIB** e tamanho dos choques", afirmam.

Para os economistas do BTG, os dados indicam que medidas de apoio financeiro do setor público deveriam se concentrar na reconstrução da infraestrutura logística e em aportes diretos/indiretos às famílias desabrigadas para reconstrução residencial, como crédito imobiliário subsidiado, e não em linhas para manutenção do emprego, que já são previstas nos programas de seguro-desemprego.

"Quando comparado aos impactos da crise sanitária de 2020, o efeito imediato é até parecido, mas a magnitude e persistência são muito menores nas enchentes de setembro de 2023 do que durante a crise da covid, quando o estoque de empregos formais só voltou aos níveis pré-crise após um ano", dizem Martins, Lopes e Secco.

Dinâmica de recuperação da atividade do Estado tende a ser bem mais veloz que na covid-19

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1§ion=1)**

Planalto precisa mudar rumo e conter gastos (Editorial)

Com a rejeição pelo Senado da MP que limita a compensação dos créditos do PIS/Cofins, o Congresso deu o mais forte sinal de que a receita do governo Lula para sustentar o regime fiscal - o aumento de arrecadação - encontrou seu limite. É uma mensagem vital, talvez não plenamente percebida pelo Planalto. No dia seguinte à devolução da MP pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em um ato raro do Legislativo, o presidente Lula reiterou o mix de políticas inviável. Ele disse que o governo está comprometido com a austeridade fiscal, que será garantida pelo aumento de arrecadação e redução dos juros, ambos fora do controle do Planalto até agora. Sobre redução de gastos, nenhuma palavra do presidente.

Em geral, a chance de o atual Congresso aprovar mais gastos, como o fez na PEC da Transição (R\$ 168 bilhões a mais em despesas para o governo de Lula), é maior do que a de aceitar elevação de **impostos**. O presidente Lula sabe disso, seus ministros mais importantes, também, mas a conta da derrota da MP foi inteiramente atribuída ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mais do que a vitória de uma ala sobre outra nas brigas internas do PT e do Planalto, o resultado do episódio põe mais um prego no caixão da credibilidade do governo como um todo.

Em um governo sério, a política do ministro da Fazenda é a política do presidente. Quando o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (BA), diz que a rejeição da MP, derrota fragorosa para o Planalto, merece o "aplausos" de Lula e que é preferível um fim trágico a uma "tragédia sem fim" da proposta assinada pelo presidente da República, o governo desmoraliza Haddad. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que não sabia as consequências da MP, documento que tem de passar por suas mãos antes de chegar às mãos do presidente e sobre o qual tem uma opinião quase decisiva. Sérias dúvidas surgem: em nome de quem fala o ministro da Fazenda? O que de fato quer o presidente?

O problema em questão é o mesmo desde que foi aprovado o novo regime fiscal-as condições de sua sustentabilidade. As desconfianças a respeito dela cresceram muito depois que a meta estabelecida foi mudada antes mesmo de o sistema entrar em vigor. Consultorias e economista fora do governo preveem que o déficit zero fixado para este ano não será

atingido, nem tampouco os objetivos dos anos seguintes. Haddad tem se esforçado para criar meios de cumpri-las. Elas envolvem, pelas regras, um esforço enorme de arrecadação, já que não há compromisso firme de corte de gastos.

Haddad obteve apoio do Congresso no ano passado para fechar brechas no sistema tributário pelo qual passavam privilégios injustificáveis. Não restam muitas mais agora e, no caso da MP do PIS/Cofins, a pressão bem sucedida dos setores empresariais no Congresso indicou que o aumento de **impostos**, sem o devido debate e em uma carga já bem alta em comparação com a de países emergentes, passou do limite do razoável. Não há outra saída para o governo senão cuidar das despesas.

Há um diagnóstico conhecido, correto e óbvio sobre as deficiências do regime fiscal. Um deles é a vinculação de gastos de saúde e educação às receitas, que conduzem a uma armadilha lógica. O arcabouço privilegia o aumento das receitas, que elevam as despesas vinculadas acima do próprio teto do sistema, de 0,6% a 2,5% acima da **inflação**. Com isso, as despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina) tendem a zero, ponto do qual estarão em 2027 ou antes.

Se as receitas são privilegiadas, não faz sentido elevar gastos tributários, como ocorre. Em seu relatório sobre as contas do governo Lula de 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que houve aumento de R\$ 68 bilhões em benefícios (total do ano: R\$ 519 bilhões), sem que fossem determinadas fontes financeiras de compensação.

Além disso, a reinstituída correção real do salário mínimo, que indexa, entre outros, as aposentadorias e os benefícios sociais, como abono salarial, seguro desemprego e Benefício de Prestação Continuada, piorou as contas. Essa fórmula de correção, junto com a indexação de saúde e educação, trouxe despesas adicionais no ano de R\$ 80 bilhões, quantia suficiente para atingir a meta de déficit zero, calcula Marcos Mendes, pesquisador do Insper (Valor, ontem). Já a correção dos benefícios sociais pela **inflação**, e não pelo mínimo, economizariam R\$ 20 bilhões no ano, estima Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Há assim formas que, dentro das regras falhas do regime fiscal, podem produzir resultados melhores. A equipe econômica tentará de novo conter gastos propondo maneiras parecidas com as que estão sendo ou foram alinhadas fora do governo, como a desvinculação de benefícios sociais do mínimo e dos gastos de educação e saúde das receitas. A chance de que prosperem dependerá de decisão do presidente Lula, que tem preferido privilegiar a opinião de auxiliares mais próximos que têm conduzido o governo de fracasso em fracasso, e desprestigiar as da equipe de Haddad, que colecionou trunfos importantes. Há ainda tempo para mudar, antes que seja tarde.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1§ion=1)**

Para Alckmin, Brasil tem responsabilidade fiscal - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O governo Lula escalou o presidente da República em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para apagar incêndios na área econômica após a lambança da MP que limitava o uso créditos tributários pelas empresas e a dificuldade da atual gestão para sinalizar que buscará alguma forma de equilíbrio fiscal. Alckmin discursou no FII Priority Summit, evento realizado no Rio de Janeiro e que reuniu 1,5 mil investidores internacionais, principalmente sauditas. Na tentativa de apaziguar ânimos - que estão mais exaltados no setor produtivo e no mercado financeiro -, ele tentou transmitir mensagens de otimismo. "O compromisso do governo Lula é com o arcabouço fiscal", disse, contrariando a percepção da maioria dos economistas.

Mas Alckmin foi além: "O Brasil tem compromisso com a responsabilidade fiscal e com o controle da **inflação**." Resta saber se os presentes acreditaram nos argumentos exagerados do presidente da República em exercício.

Número de brasileiros com green card é o maior da história Nunca tantos brasileiros obtiveram o green card, o cartão de residência permanente nos Estados Unidos. Em 2023, segundo levantamento do escritório de advocacia AG Immigration, 28 mil cidadãos do país receberam o documento. Trata-se de um avanço de 16% em relação a 2022 e do maior volume da história.

Com isso, o Brasil passou a ocupar a 10ª posição entre as nações que mais receberam o benefício imigratório.

Mais uma vez, o ranking é liderado pelo México, com 179 mil vistos concedidos.

Melhoramentos ingressa no ramo de embalagem de papel A Melhoramentos, empresa conhecida no mercado brasileiro principalmente pela editora de livros, vai entrar no ramo de embalagens de papel. A companhia pretende instalar, ao custo de R\$ 40 milhões, uma fábrica em Camanducaia (MG), onde produz atualmente fibras de celulose de alto rendimento. A meta é que a unidade entre em operação comercial no primeiro trimestre de 2025. Sua capacidade inicial de produção será de 60 milhões de embalagens anuais, com a possibilidade de expansão

no curto prazo.

Corona lidera ranking de marca de cerveja mais valiosa Quanto uma marca de cerveja pode valer? Para a consultoria Kantar, a cifra é astronômica: US\$ 19 bilhões. Essa é a cotação da Corona, eleita pela Kantar a mais valiosa do mundo. A cerveja mexicana pertence à brasileira Ambev e tem avançado a passos largos no Brasil. No primeiro trimestre de 2024, suas vendas cresceram no país cerca de 70% em comparação com igual período do ano passado. A segunda colocada na lista é a Budweiser, que também faz parte do portfólio da Ambev.

"Não sei qual é a pressão contra o Haddad. Todo ministro da Fazenda, desde que me conheço por gente, vira o centro dos debates" Luiz Inácio Lula da Siva, presidente da República

0,9% foi quanto cresceram as vendas no comércio varejista em abril versus março. Segundo o IBGE, foi o quarto avanço consecutivo

RAPIDINHAS

As exportações brasileiras de alimentos industrializados avançam com força em 2024.

De janeiro a abril, o país enviou ao exterior 24,1 milhões de toneladas, um acréscimo de 34% em relação a igual período de 2023, conforme informações da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

Os 22 países da Liga Árabe lideraram as compras.

O Banco do Brasil liberou R\$ 110 milhões em crédito emergencial para produtores rurais afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. De acordo com o BB, os novos recursos serão oferecidos com encargos financeiros menores do que aqueles normalmente praticados pelo mercado e com prazos especiais para pagamento.

As fusões e aquisições (M A, na sigla em inglês) perderam força no país. Um levantamento feito pela plataforma TTR Data constatou que, entre janeiro e maio, foram realizadas 527 operações desse tipo no Brasil, o que significou uma queda de 29% em relação ao mesmo período do ano passado. As transações

movimentaram R\$ 81,1 bilhões.

Um relatório do Conselho Nacional de Justiça mostrou que, em 2023, os acordos na Justiça do Trabalho cresceram 15% em comparação com 2022.

O número de acordos vem aumentando nos últimos anos, o que é reflexo da promulgação da reforma trabalhista, em 2017. A conciliação é positiva, pois costuma reduzir custos.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Para Alckmin, Brasil tem responsabilidade fiscal

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2024/06/14/all.pdf>

Servidores aumentam pressão contra projetos de previdência

ALESSANDRA MELLO

O funcionalismo público intensifica os protestos para pressionar o governador Romeu Zema (Novo) a retirar da pauta da Assembleia Legislativa os projetos de lei que elevam as contribuições ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM) e também ao Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (Ipsemg). Reivindica também o pagamento das perdas salariais dos anos anteriores, uma promessa feita por Zema durante sua campanha à reeleição. Na semana passada, a Assembleia Legislativa aprovou recomposição salarial de 4,62% que contempla somente o ano de 2023.

Ontem, policiais civis e militares levaram caixões a Araxá, no Alto Paranaíba, terra natal do chefe do Executivo mineiro. De acordo com o subtenente Heder Martins, presidente da Associação dos Praças e Bombeiros Militares (Aspra/PMBM), os 10 caixões simbolizam "a quantidade de policiais mortos em serviço e policiais que cometeram autoexterminio" e também o descaso do governo "com quem dá a vida pela segurança da população".

Segundo ele, as manifestações serão feitas em todas as agendas públicas do governador, como protesto contra a política salarial do estado para a categoria e contra as mudanças propostas pelo estado no IPSM. Organizadores de um evento batizado de Conexão Empresarial divulgaram que Zema estaria em Araxá, mas ele não apareceu. No entanto, o evento não constou da agenda oficial do governador. Também foram espalhadas faixas pela cidade com críticas ao governo e cobrança em relação à recomposição da **inflação** e reajuste das contribuições dos militares ao **IPSM**. Servidores da educação também se juntaram aos policiais na manifestação de ontem em Araxá.

Mais cedo, Zema esteve em Itajubá, no Sul de Minas, vistoriando as obras de construção do primeiro Centro de Hidrogênio Verde de Minas Gerais, onde também foi recebido com protestos feitos por servidores das forças de segurança pública do estado. A Polícia Militar cercou o local e os manifestantes não conseguiram se aproximar do governador, mas eles permaneceram distantes durante a presença dele no local entoando palavras de ordem e portando faixas de protesto.

Ainda ontem, trabalhadores da rede estadual de ensino aprovaram em assembleia calendário de paralisações enquanto durar a tramitação do projeto do Ipsemg na Assembleia. A coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Denise de Paula Romano, informou que foi descartada paralisação geral, mas aprovado calendário de mobilizações em todas as regiões do estado para que a categoria esteja de vigília na Assembleia Legislativa todas as terças, quartas e quintas-feiras, dias de sessão plenária e reunião de comissões, até o recesso do Legislativo, previsto para a segunda quinzena de julho.

"Estaremos todos os dias mobilizados para defender o Ipsemg, para defender os nossos direitos, a assistência médica e odontológica que o governo quer tirar dos trabalhadores", afirmou. As paralisações pelo interior do estado começam na semana que vem. Na terça-feira, o projeto do Ipsemg foi retirado de tramitação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o primeiro dos três colegiados antes de ir a plenário em primeiro turno, mas deve voltar ainda este mês. O pedido de suspensão foi feito pelo deputado Sargento Rodrigues (PL), sob argumento de que precisa ser melhor debatido com os servidores.

tramitação

Já a tramitação do IPSM só deve começar após a finalização da proposta do Ipsemg.

Por orientação do governo Zema para a base, eles vão tramitar uma de cada vez. O projeto do Ipsemg aumenta em 81,7% as contribuições mínima e máxima pagas pelos servidores, institui outras cobranças para que dependentes, incluindo idosos e pessoas com deficiência e invalidez, tenham direito aos serviços e também altera a estrutura do conselho de administração do instituto e os serviços de saúde que os beneficiários terão direito.

Na semana passada, Zema cancelou visita agendada a Ipatinga, no Vale do Aço, onde participaria de um evento da prefeitura de entrega de títulos de regularização fundiária. Mesmo sem a presença do governador, que tem cancelado de última hora agendas no interior, as forças de segurança fizeram uma manifestação também por melhorias salariais, como vem fazendo em diversas agendas de Zema no interior do estado. Os policiais reivindicam

recomposição das perdas salariais e retirada dos projetos de lei que aumentam a contribuição dos militares e civis aos institutos de previdência. O governo do estado foi procurado pela reportagem, mas ninguém respondeu ao pedido de informações.

81,7% É O AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO AO IPSEMG PROPOSTO PELO EXECUTIVO ESTADUAL

Site: <https://digital.em.com.br>

Haddad fala em revisão "ampla, geral e irrestrita" de gastos, e dólar cai

**BERNARDO LIMA, PAULO RENATO NEPOMUCENO,
LUANA REIS E CAROLINA NALIN**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo vai manter um ritmo mais intenso de trabalho sobre a agenda de gastos, fazendo uma revisão ampla de despesas. Após a declaração de Haddad, o dólar, que na véspera havia alcançado o maior patamar em 17 meses, recuou para R\$ 5,36, com queda de 0,73%.

Na quarta-feira, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter declarado que o equilíbrio fiscal viria do aumento da arrecadação e da queda de juros, sem citar corte de gastos, a moeda chegou a ser cotada a R\$ 5,42 e fechou em R\$ 5,40.

Segundo Haddad, será feita uma "revisão ampla, geral e irrestrita" das propostas para reduzir despesas: - Começamos a discutir 2025, a agenda de gastos. Nós vamos manter um ritmo mais intenso de trabalho neste mês, porque, em julho, co- meça a ser montada a peça orçamentária, e, em agosto, a peça é encaminhada ao Congresso Nacional. Estamos fazendo uma revisão ampla, geral e irrestrita do que pode ser feito para acomodar as várias pretensões legítimas do Congresso e do Executivo, mas sobretudo para garantir que tenhamos tranquilidade no ano que vem.

O ministro acrescentou: -Gasto primário tem que ser revisto, gasto tributário tem que ser revisto, e gasto financeiro do Banco Central (ou seja, juros), também. Quanto mais esses três gastos estiverem caindo, melhor para o país.

CORTE DE PRIVILÉGIOS

Ao citar o BC, Haddad falava sobre a taxa de juros, que aumentam os gastos financeiros do governo para rolar a dívida pública. O ministro disse ainda que o Congresso está disposto a lançar essa agenda de revisão de gastos. Perguntado se ela ganharia protagonismo, respondeu: - Ela está ganhando ao longo do tempo tração cada vez maior. Eu e a Simone (Tebet, ministrado Planejamento) temos conversado cada vez mais sobre isso. Hoje, a reunião foi sobre isso. Eu penso que nessa agenda o Congresso está muito disposto a avançar, tenho dito isso.

Haddad citou algumas propostas em discussão. Nessa lista, estão a revisão de gastos primários, corte de privilégios e correção de benefícios: -Já voltaram à tona vários temas que estão sendo discutidos de novo, o que é bom, como supersalários, correção de benefícios que estão sendo concedidos ao arripio da lei, correção de cadastros. Isso tudo voltou para a mesa. Achamos que é ótimo isso acontecer, porque vai facilitar o trabalho de equilibrar as contas.

A fala, ao lado de Tebet, ocorre numa semana de piora do mercado financeiro diante de uma percepção de que o governo não consegue tocar uma agenda de corte de gastos. Por volta de 12h15m, o dólar recuou a R\$ 5,36, os juros futuros também caíram.

- O movimento que vemos vem do ambiente político, com comunicação não clara de perseguição da meta fiscal. A declaração de Lula (de aumento de arrecadação e queda de juros) não pegou bem na quarta-feira, então houve esse trabalho de bombeiro do Haddad, que reanimou o mercado -disse Alexandre Viotto, da EQI.

Além das declarações do presidente, analistas citaram a devolução, pelo Congresso, da medida provisória (MP) que limitava a compensação tributária do PIS/Cofins, o que foi visto como sinal de enfraquecimento de Haddad.

ELOGIOS DE ALCKMIN

Tebet também saiu em campo ontem e disse que a proposta para rever a vinculação do salário mínimo de alguns benefícios, como abono salarial e seguro-desemprego, ainda está sendo estudada pela equipe econômica e não foi levada para avaliação do presidente.

- Está aqui interno ainda. Mas são coisas que não têm nenhum problema, nós sabemos o governo que nós temos, o Congresso que nós temos, que foi legitimamente eleito, e isso nós temos que levar em consideração -disse Tebet.

Ela descartou desvincular o reajuste das aposentadorias do salário mínimo: - No caso da Previdência, esqueça essa palavra, porque essa nem eu concordo.

Já o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, minimizou a alta do dólar. Disse que é "coisa momentânea" e reforçou o compromisso do governo com responsabilidade fiscal: -Nós temos absoluta confiança de que o dólar vai cair. Isso é uma coisa momentânea. O governo do presidente Lula tem compromisso com o arcabouço fiscal -disse ele a jornalistas, após reunião fechada no FII Priority Summit, no Rio. -Temos absoluta confiança de que nós vamos ter um ano forte, crescimento econômico e **inflação** sob controle. É só verificar o que ocorreu: risco Brasil caiu, a **inflação** caiu, o desemprego caiu.

A poucos dias da reunião do Comitê de Política Monetária, Alckmin disse esperar que a taxa básica de juros, a Selic, hoje em 10,5% ao ano, continue caindo: -Os fundamentos da economia brasileira são sólidos. A confiança é que vai continuar caindo.

Alckmin aproveitou para elogiar Haddad ao dizer que ele tem feito um bom trabalho, num governo que prioriza o diálogo: -É fazer mais com menos. Vamos agir dos dois lados: pelo lado da receita e da despesa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FGTS vai render mais? O que muda a partir de agora no reajuste?

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira que o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) terá que ser corrigido, pelo menos, pela inflação, seguindo o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE.

Até então, a correção do **FGTS** era sempre pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano. E, muitas vezes, esse índice ficava abaixo do IPCA. Nos últimos anos, porém, o **FGTS** também distribuiu parte de seu lucro aos trabalhadores, o que acabou proporcionando um ganho maior.

Mas, afinal, o que muda para quem tem saldo de **FGTS**? A nova regra entra em vigor quando? Terá impacto no saque-aniversário? Veja, abaixo, as principais perguntas e respostas sobre o tema.

O que o STF decidiu?

A ação no Supremo questionava a perda do poder de compra do trabalhador com o critério de correção do saldo do **FGTS**. Em seus argumentos iniciais, o Partido Solidariedade, autor da ação apresentada ao STF em 2014, mostrava que, entre janeiro de 1999 e 2013, houve perda de 88,3% no poder de compra do trabalhador. Neste período, a inflação superou a rentabilidade do Fundo.

O STF decidiu que o **FGTS** deve garantir ao trabalhador no mínimo a reposição da inflação, usando como critério o IPCA.

Quando começa a valer?

A nova regra de correção do **FGTS** entra em vigor assim que o STF publicar o acórdão sobre a decisão, o que deve ocorrer nos próximos dias.

Muda algo no saque-aniversário?

Não, as regras para o saque-aniversário - parcela do **FGTS** que o trabalhador pode retirar todos os anos nos meses próximos a seu aniversário - continuam as mesmas. Mas o saque-aniversário é calculado como um percentual do saldo disponível na conta do trabalhador. E este saldo, a partir de agora, terá a garantia de manter seu poder de compra, ou seja, de ser corrigido ao menos pela inflação. Na prática, então, não haverá mais risco de que o valor anual do

saque-aniversário fique corroído pela inflação.

A nova regra será mais vantajosa?

A mudança no cálculo não necessariamente vai representar um ganho para o trabalhador. Mas vai garantir que, em momentos de alta da inflação, o saldo do **FGTS** manterá seu poder de compra.

Para se ter uma ideia, desde 2016, a rentabilidade do Fundo superou a inflação em todos os anos, à exceção de 2011. Mas isso só ocorreu porque, além da correção básica do saldo (a regra atual é o reajuste por TR mais 3% ao ano), o **FGTS** decidiu distribuir uma parcela significativa de seu lucro aos trabalhadores. Com isso, o ganho final ficou maior.

Até então, o Fundo sempre perdia para a inflação. Levantamento feito pela Caixa a pedido do GLOBO mostra que, entre 2000 e 2015, em apenas três anos - 2005, 2006 e 2007 - o ganho do **FGTS** superou a inflação.

A partir de 2016, a equação se inverteu, graças à distribuição de parte do lucro do **FGTS**. Mesmo assim, em 2021, quando a inflação passou de 10% no ano, nem a distribuição de R\$ 13,2 bilhões da parcela do lucro do Fundo foi suficiente para manter o poder de compra do trabalhador. Naquele ano, a rentabilidade do saldo do **FGTS** foi de 5,83%.

Como ficará garantido que, a partir de agora, o **FGTS** não perca seu poder de compra?

O STF determinou que a regra de correção atual, de TR mais 3% ao ano, continua válida. Mas, se esse índice ficar abaixo do IPCA, caberá ao Conselho Curador do **FGTS** determinar uma forma de compensação para o trabalhador. Estará garantido assim que, em qualquer cenário, o cotista do **FGTS** terá seu saldo corrigido ao menos pela inflação.

O Conselho Curador é uma instância tripartite, formada por representantes dos trabalhadores, do governo e dos empresários.

Como será a compensação?

Não foi definido como será feita a compensação caso a rentabilidade do Fundo fique abaixo da inflação.

Nos últimos anos, o Fundo tem distribuído parte do seu lucro ao trabalhador, o que acaba gerando um rendimento maior do que a taxa básica TR mais 3% ao ano. Isso começou em 2017, quando o então presidente Michel **Temer** decidiu repartir 50% dos ganhos do Fundo em 2016 com o trabalhador, patamar que se repetiu no ano seguinte.

Em 2019, uma lei determinou que a totalidade do lucro fosse distribuída. E, em 2020, essa parcela passou a ser definida pelo Conselho Curador - regra que está em vigor até hoje.

Em 2022, foram distribuídos R\$ 12,7 bilhões, o equivalente a 99% do lucro do **FGTS**. Este valor foi depositado na conta dos trabalhadores no ano seguinte, ou seja, 2023. Ainda não foi definida a parcela do lucro de 2023 a ser distribuída, que será depositada este ano. O valor, ainda não confirmado, deve ser de R\$ 14 bilhões.

Além disso, o governo poderá fazer este ano, excepcionalmente, um repasse extra de R\$ 20 bilhões do patrimônio líquido do Fundo para os cotistas. Essa sinalização foi feita nos bastidores ao STF como parte de um acordo para tentar evitar que o Supremo determinasse uma mudança retroativa na correção do **FGTS**. Ou seja, este ano, no total, devem ser repassados R\$ 34 bilhões ao trabalhador.

Por que a decisão do STF não foi retroativa?

O governo temia que o STF determinasse uma correção retroativa dos saldos do **FGTS** desde 1999. E chegou a apresentar uma estimativa de que, se isso fosse feito, representaria uma conta de R\$ 295 bilhões para os cofres públicos.

O Supremo foi sensível a esses argumentos e determinou que a nova regra valeria daqui por diante.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Analistas ainda têm dúvidas sobre avanço da proposta

Anais Fernandes De São Paulo

Ainda que os ativos financeiros brasileiros tenham registrado algum alívio ontem após os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) indicarem que o governo pretende acelerar a agenda de revisão de despesas, economistas especializados no tema fiscal continuam céticos com as possibilidades de avanço dessas propostas, que eles nem sequer conhecem ou têm previsão de conhecer.

"As falas trouxeram sinalizações brandas e ideias preliminares de revisar um conjunto de despesas insuficiente", diz Renan Martins, economista da MCM Consultores. "Para dar noção de grandeza, as despesas citadas pela ministra que estariam na lista de revisão devem somar cerca de R\$ 240 bilhões em 2024, enquanto o impacto da política de elevação do salário mínimo e de aumento dos pisos de saúde e educação é de cerca de R\$ 100 bilhões neste ano", calcula.

Entre medidas desejáveis, Martins sugere mudar a regra de correção do salário mínimo para considerar o **PIB** per capita, desvincular o piso previdenciário do salário mínimo, retomar os pisos de saúde e educação para os valores de 2023 e corrigi-los pela **inflação**, rever regras de enquadramento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e adotar uma idade mínima de aposentadoria móvel, de acordo com o crescimento da expectativa de sobrevida.

Para João Pedro Leme, analista da Tendências Consultoria, não dá para dizer que o esforço inicial do governo de focar aumento da arrecadação não tenha sido efetivo, já que, de fato, as receitas crescem a cada mês. "Mas o que se provou foi aquela visão mais cética dos analistas de que só isso não seria suficiente para fechar as contas."

Com meta de déficit primário zero para 2024, isso já seria difícil de ser alcançado na melhor das hipóteses, mas o desastre no Rio Grande do Sul, que exigiu esforços de socorro da União, ao mesmo tempo em que deve impactar negativamente a arrecadação, "força o governo a manejar um cobertor que já era curto", diz Leme.

A isso se soma um cenário geral "muito menos

benigno" do que em 2023, afirma, citando o ambiente internacional mais complicado e a possibilidade de uma taxa de juros Selic se manter mais alta.

"Tudo isso acaba forçando o governo a falar abertamente agora sobre mexer nas despesas", diz Leme. "Existe certa urgência de que algo precisa ser feito, mas não tem nenhum indicador de em que pé os trabalhos estão, de modo que a gente possa discutir uma proposta mais concreta. Por ora, estão aventando grandes idéias e jogando ao vento para ver o que cola."

A lista do que pode ser feito no Brasil em termos de revisão de despesas é "bem ampla", porque o país "tem muito gasto ineficiente e que não é devidamente corrigido", diz Rai Chicoli, economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos.

Ele cita a revisão de benefícios sociais, para que eles sejam mais corretamente aplicados, como o BPC, que "teve um crescimento absurdo", diz. "Acompanhar se há fraudes nos benefícios nem deveria ser agenda de um governo, deveria ser contínuo", afirma.

Chicoli menciona também os casos do auxílio-doença e do abono salarial, que, segundo ele, não é um benefício eficiente. "É para pessoas que ganham de um a dois salários mínimos, mas, ainda assim, é para trabalhador formal. Um benefício nesse nível deveria se preocupar com o informal, que não tem nenhuma proteção", diz.

O economista pondera que "o governo não vai conseguir tirar muito dinheiro" da revisão de benefícios menores. Ele defende, por exemplo, uma regra diferente entre os reajustes da Previdência e do salário mínimo. Hoje, o mínimo, que indexa despesas previdenciárias, é reajustado pela **inflação** e também pelos ganhos do **PIB**.

"Em tese, não faz muito sentido dar aumento real para quem está fora da força de trabalho. O aumento real seria para quem acrescenta no nível de produtividade do país. Talvez, a Previdência pudesse ser ajustada apenas pela **inflação**, mantendo o poder de compra", afirma, acrescentando que "qualquer movimento" na Previdência já gera impactos grandes.

"Mas admito que esse ponto pode ser que fique para

trás, porque tem evidência empírica também de que isso tem impacto em pobreza, desigualdade", pondera.

Chicoli se diz "bem pessimista" com o progresso das discussões em geral. "O funil para passar medida de corte de gasto nesse governo parece muito apertado. Espero ser surpreendido, mas acho que vai ficar nessa coisa mais "cosmética", de rever um auxílio, aprofundar a prevenção de fraudes."

Para Chicoli, embora bem-vinda, a revisão dos pisos para despesas com saúde e educação é um caminho mais para manter o arcabouço fiscal atual de pé por mais tempo do que para realmente controlar gastos.

Na avaliação de Leme, mudanças nesses pisos "são um dos grandes candidatos a terem a regra alterada", diz. "Mas me preocupa que, nessas falas todas, parece que estão sempre pensando em 2025. Dá a impressão de que, para esse ano, já jogaram a toalha."

Isso até é compreensível, segundo Leme, já que "todas as medidas aventadas até agora exigem um manejo político que o governo está com dificuldade de fazer", diz. "E o Congresso não necessariamente encampa a responsabilidade fiscal como um monobloco."

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1§ion=1)

Ricupero e os bastidores do lançamento do Real

Sérgio Lamucci

Aos 87 anos, o embaixador Rubens Ricupero publica as suas "Memórias". No ano em que se completam três décadas do Plano Real, os capítulos em que trata da sua passagem pelo Ministério da Fazenda, em 1994, contando bastidores do período, ganham especial interesse. O diplomata relata os cinco meses em que ficou no cargo, narrando as pressões enfrentadas por ele e pela equipe que elaborou o plano, a convivência difícil com o então presidente Itamar Franco, a tarefa de comunicar à população a mudança de moeda e o episódio da parabólica, que levou à sua saída do ministério.

Do fim de março ao começo de setembro de 1994, Ricupero teve papel importante na fase de implementação do plano que enfim derrubou a **inflação** e levou o seu antecessor no cargo, Fernando Henrique Cardoso, a ser eleito presidente nas eleições daquele ano, batendo Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno. Fernando Henrique montou a equipe que elaborou o Real, composta por nomes como Pêrsio Arida, André Lara Resende, Edmar Bacha, Pedro Malan e Gustavo Franco, mas coube a Ricupero comandar a Fazenda nos meses anteriores e imediatamente posteriores à introdução do real, sendo fundamental na comunicação do novo plano. No começo de março, havia sido lançada a Unidade Real de Valor (URV), que funcionou como uma "quase moeda", não existindo fisicamente, até a substituição do cruzeiro real pelo real.

Fernando Henrique deixou o cargo para se candidatar à Presidência, e Ricupero, então ministro do Meio Ambiente, foi escolhido pelo então presidente Itamar Franco para o posto. Ao Valor Ricupero ressaltou a importância do então presidente para a existência do plano, embora sem minimizar as dificuldades causadas por ele. "O grande mérito do Real, em primeiro lugar, é do Itamar, politicamente. Se não fosse ele, o Fernando Henrique não teria existido-nem ele nem eu", afirmou. Ao mesmo tempo, Itamar "atrapalhou o quanto pôde", diz Ricupero.

"Queria aumentar o salário mínimo, dar aumento para a Polícia Federal, para os militares, para os civis. Tudo isso era impossível", disse o embaixador. "Eu dizia: "Presidente, se eu fizer o que o senhor está me dizendo, aquilo que o senhor me pediu, não vou poder

fazer"", conta Ricupero, lembrando que Itamar havia pedido para que ele aplicasse o plano com a equipe que estava ali. ""Se eu fizer o que o senhor me manda - eu vou fazer, porque o senhor é o presidente -, não vou ter nem equipe e nem plano"."

Entre as dores de cabeça causadas por Itamar, Ricupero cita as duas ordens formais para demitir o então secretário do Tesouro, Murilo Portugal. Ricupero não obedeceu. "Funcionário exemplar na competência e integridade, defendeu com firmeza a chave do cofre, ajudando a preservar as condições fiscais do êxito do Plano Real. (...) Com a missão pouco invejável de resistir às inúmeras pressões para gastar, Portugal acabou por atrair iras e ressentimentos de gente poderosa, decidida a intrigá-lo junto à Presidência", conta o embaixador, no livro lançado pela Editora Unesp.

Ricupero diz que, após o segundo pedido para demitir Portugal, deixou passar alguns dias. "Dessa vez, as intrigas se intensificaram, até que o presidente me chamou para reclamar da desobediência à sua decisão. Passei longo tempo explicando que não havia nada de arbitrário na execução do Orçamento, muito menos interferência individual do diretor do Tesouro. Itamar era impulsivo, com frequência inseguro em relação à própria autoridade. Possuía, contudo, a virtude de escutar e não insistia quando se convencia de haver cometido um equívoco."

No livro, Ricupero relata uma grande surpresa ao se reunir com a equipe, a quem reserva muitos elogios, no mesmo dia do convite para ser ministro. "À noite, realizou-se, em casa, minha primeira reunião com a equipe econômica. Após as introduções de praxe, perguntei qual seria o Dia D, a data do lançamento da nova moeda. Recebi um choque ao descobrir que não havia nenhuma data definida. Pior, a discussão revelou que as opiniões variavam num espectro larguíssimo, que ia de um mês a um ano", conta ele.

"Eduardo Jorge, assessor parlamentar de FHC desde o Senado, queria que fosse em um mês, prazo obviamente inexecutável. No extremo oposto, Pêrsio Arida e outros falavam em um ano, e ainda assim com relutância. Preferiam que a transição para a nova moeda se prolongasse o máximo possível para dar tempo à consolidação da URV e sua aceitação espontânea nos reajustes salariais", escreve Ricupero,

observando que a divergência escondia duas complicações mais profundas. "A primeira era o conflito entre as considerações políticas e as puramente econômicas. A segunda tinha a ver com o imenso, incomensurável grau de insegurança que pairava sobre as chances de que o plano desse certo em termos econômicos."

Ricupero diz que, "depois de examinar as etapas a completar antes de introduzir a nova moeda, chegou-se à conclusão de que o mínimo prazo viável seria de três meses a partir do começo de abril". Os participantes saíram da reunião convictos de que teriam de trabalhar com esse horizonte de tempo, ainda que a decisão formal de bater o martelo na data de 1º de julho só tenha sido tomada mais tarde. O calendário eleitoral era um fator inescapável.

Entre os integrantes da equipe montada por Fernando Henrique para a elaboração do Real, Ricupero fala de modo bastante elogioso do ex-presidente do BNDES Edmar Bacha, ao lembrar do papel do economista para convencer os parlamentares a aprovar a medida provisória da URV-segundo o embaixador, a ideia de Fernando Henrique era renovar a MP a cada vencimento, e não fazê-la passar no Congresso, pelo risco de ser desfigurada. Ricupero não se convenceu da estratégia e preferiu batalhar pela aprovação da medida. Segundo ele, "graças ao trabalho excepcional do membro sênior da equipe, Edmar Bacha, foi possível, não sem perigo, mudar de estratégia e obter o endosso dos parlamentares. Paciente, com senso de humor, ar desprezioso escondendo mineira sagacidade, Bacha ganhou o apelido de "senador", pelos seus ares de negociador tarimbado". Ricupero também destaca o papel do deputado Luís Eduardo Magalhães, então líder do PR, para a aprovação da MP.

Uma passagem curiosa é o relato de uma conversa com Fernando Henrique, após a reunião em que Itamar o convidou para ocupar a Fazenda, em que o futuro presidente elogia especialmente um dos integrantes da equipe. "Ao sair do tête-à-tête, encontrei Fernando Henrique e me ofereci para levá-lo de carro até seu apartamento. No caminho, pedi que me falasse um pouco dos membros da equipe, como agiam, se havia tendências, posições discordantes, que conselhos me daria para lidar com eles", escreve Ricupero.

"Fiquei surpreso de ver como se estendia em elogios a Gustavo Franco, quase exclusiva mente. Acho que ele mesmo se deu conta do desequilíbrio, pois, sem que eu dissesse nada, acrescentou que já conhecia bem os demais membros da equipe anteriormente. A verdadeira revelação, a novidade, tinha sido Gustavo", conta ele. "Tive a impressão de que a razão real

estaria no caráter mais afirmativo de Franco, que transmitia a sensação de jamais ter dúvidas."

Ao Valor Ricupero disse que Bacha e o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan eram "as duas âncoras de mais experiência - inclusive, os que tinham mais idade, mais maturidade". Na sua visão, Pêrsio Arida e Gustavo Franco, dois ex-presidentes do Banco Central (BC), eram os mais brilhantes-a essa altura, o ex-presidente do BNDES André Lara Resende não estava mais no time.

Para Ricupero, evitar confrontos entre a equipe e Itamar foi uma das suas tarefas mais importantes à frente da Fazenda. "Na fase histórica de preparação do lançamento da moeda e dos primeiros meses de sua sustentação, fui o "algodão entre cristais", que evitou um choque direto entre Itamar e a equipe, capaz de esfacelar o programa anti-inflacionário", conta ele, no livro.

Ricupero diz que seu dever era claro. "Tinha de tomar o partido da equipe, defender suas posições, interpor-me entre ela e todos os empenhados em desfigurar o programa, ainda que inspirados por intenções de boa-fé, extemporâneas naquele instante. No fundo, via-me obrigado a resistir ao presidente a fim de protegê-lo de si mesmo e de seus íntimos, equivocados nas tentativas de passar por cima da competência dos membros da equipe econômica", escreve ele. "Itamar acreditava sinceramente na possibilidade de um plano que desse cabo do risco da hiperinflação. Contudo, da mesma forma que a imensa maioria dos políticos brasileiros, imaginava alguma coisa na linha do que havia sido o Plano Caizado, uma espécie de milagre in-dolor que resolvesse de imediato todos os problemas sem nenhum custo político."

Um dos piores episódios de pressão ocorreu em 29 de junho de 1994, "na antevéspera do lançamento da moeda e da aprovação da medida provisória que consolidaria todos os aspectos relevantes ligados à moeda". Ricupero recebeu o então ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat, um integrante do círculo íntimo de Itamar. "Preferi não chamar todos os membros da equipe, que seguiam trabalhando febrilmente para dar os últimos retoques à complexa medida a ser enviada ao Congresso. Convidei Pêrsio Arida e Winston Fritsch para estarem presentes à entrevista, além de alguns colegas diplomatas. Desde o primeiro instante, senti que a conversa ia entortar. Não tanto pelos assuntos suscitados. O que chocou foi a atitude arrogante de cobrança, o tom cominatório de censura, parecia uma espécie de inspetor de quartelão cobrando providências, dando prazos, puxando orelhas, como se fôssemos crianças malcriadas", conta o embaixador.

Para não perder a autoridade perante a equipe e não se tornar um brinquedo "das manobras de círculos palacianos", Ricupero conta ter telefonado na frente de Dupeyrat para Ruth Hargreaves, irmã do chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, que controlava a agenda de Itamar. "'Dona Ruth", lhe disse, "estou aguardando desde esta manhã que o presidente me chame para despachar a medida provisória. (...) Temos só um par de horas.

Diga, por favor, ao presidente que, se eu não for chamado logo, alguma coisa muito grave pode acontecer. Diga assim mesmo". Ao ouvir o telefonema, Dupeyrat afirmou, segundo Ricupero: "Vejo que não sou bem-vindo aqui".

"O senhor sempre será bem-vindo quando vier trazer assuntos jurídicos ou constitucionais de sua pasta. Quanto à economia, vou perguntar ao presidente quem é o ministro da Fazenda, o senhor ou eu. Dependendo da resposta, não terei nada mais a fazer no ministério", respondeu o então ministro da Fazenda. Pouco depois, Ricupero foi avisado de que seria recebido por Itamar, e tudo se resolveu.

Se atuar para impedir o choque entre Itamar e seu entorno e equipe econômica era desgastante, Ricupero diz que se consolou "em parte" com a outra função principal que exerceu no Ministério da Fazenda. "Da mesma forma que não havia escolhido a ingrata posição de amortecedor entre o presidente e a equipe, tampouco imaginei que em pouco tempo me tornaria uma espécie de missionário do plano, a ponto de receber de Itamar a alcunha de "sacerdote do Real", conta ele.

Encarregado de fazer a campanha de informação sobre a nova moeda, uma vez que Fernando Henrique deixara a Fazenda para se candidatar, Ricupero se empenhou no papel, mesmo sem experiência prévia com televisão. Os pronunciamentos foram importantes para a comunicação do plano, ajudando a população a se preparar e a se informar sobre a troca da moeda. Ao Valor o embaixador destacou a relevância dessa atividade para o sucesso do plano, na sua visão. "Eu não tive nenhum aporte teórico ao plano. Isso é inteiramente devido a eles [aos economistas que elaboraram o Real]. Eu fiz foi a comunicação, uma história que resta contar. Sem a comunicação, não teria dado certo."

Para Ricupero, "a verdadeira mudança cultural trazida pelo Plano Real, por meio da comunicação, mas sobretudo pela realidade, residiu na demonstração de que a elevação de preços agravava o sofrimento dos que vivem de salários e não têm como se defender. (...) Não foram as palavras, e sim o efeito fulminante do plano, o que mudou a mentalidade da população. A

ponto de que, mesmo os opositores do real, entre eles o PT, tiveram de alterar o discurso, se não suas convicções íntimas, diante da intolerância desenvolvida pela sociedade contra o retorno da **inflação**".

Para ele, "ninguém mais ganha eleição no Brasil se não investir contra a **inflação**. Pena que não tenha acontecido algo similar com a responsabilidade no gasto do dinheiro público, na leviandade de destruir as contas do Orçamento para fins eleitorais".

No livro, Ricupero lembra ainda que, "no contexto exterior, o plano jamais encontrou compreensão e ajuda de parte do FMI, do governo norte-americano, de autoridades financeiras internacionais em geral". Em visita ao Brasil, o então subsecretário do Tesouro americano, Larry Summers, lhe disse sem rodeios: "Compreendo o que vocês estão querendo fazer, mas não vai dar certo porque a situação orçamentária brasileira é muito precária, não permitirá manter a estabilidade por tempo suficiente".

Em resposta, Ricupero conta ter dito a Summers que a opinião era "correta do ponto de vista teórico ideal". Não levava em consideração, porém, as especificidades da situação do país. "Se tivéssemos podido, gostaríamos de contar com uma situação fiscal bem mais sólida antes de lançar a moeda nova. Mas, em ano eleitoral, com um presidente que tomou posse devido ao impeachment do anterior, com as tensões sociais existentes, sem forte apoio parlamentar, não há condições para efetivar o ajuste fiscal que nos demandam. Ideal ou não, na falta de condições, teremos de criar as condições, isto é, a moeda é que vai gerar apoio político para depois levar avante o ajuste, e não o contrário".

No último capítulo em que trata do Real, Ricupero fala do episódio que fez com que tivesse de deixar o governo - a transmissão de uma conversa com o jornalista Carlos Monforte, antes de fazer uma gravação para o Jornal da Globo, captada por algumas antenas parabólicas. "Hoje, não consigo entender o que me levou a dizer tanta coisa absurda e sem sentido", escreve ele.

Segundo o embaixador, um pouco antes, alguns assessores haviam informado a ele "que se detectavam os primeiros sinais de reviravolta animadora", após um período de desconfiança. A projeção para os índices de preços indicava uma queda brusca. Monforte insistiu na importância de divulgar esses sinais de queda da **inflação** na entrevista que começaria a seguir. "Aleguei que não podia fazer isso de forma unilateral, sem consultar os colegas. (...) Prometí que na segunda-feira seguinte, depois de obter a anuência dos demais, daria a meu

entrevistador a novidade em primeira mão. Do contrário, acrescentei: "Vão dizer: você proibiu da vez anterior que era mim, agora que é bom... No fundo é isso mesmo. Eu não tenho escrúpulos. O que é bom a gente fatura, o que é mim a gente esconde". As duas últimas frases, quando vieram a público, destruíram qualquer possibilidade de Ricupero seguir no cargo.

§ion=1

"As pessoas não perceberam a contradição existente entre o que eu dizia e o que estava fazendo realmente. Se fosse verdade que eu não tinha escrúpulos, então por que não divulgava já a queda dos preços, faturando o que era bom para nós e para o plano? O poder das palavras é tão grande, porém, que todo mundo se fixou somente no que falei, não prestando atenção no que eu estava fazendo, que era recusar a divulgação da boa notícia", escreve ele. "Gostaria de apagar de minha vida aqueles 19 minutos, mas nunca atribuí a ninguém a responsabilidade pelo que sucedeu a não ser a mim mesmo." Segundo ele, o que o faz sofrer é ter feito papel de tolo, ao se "deixar levar pela presunção e pela vaidade".

Evocar o episódio, segundo ele, ainda é "um esforço penoso", mesmo depois de quase 30 anos. "Embora importante, a participação na saga do Real não define ou esgota minha trajetória, representa cinco meses de uma vida de 87 anos. Depois do episódio da parabólica, vivi e realizei outras coisas. Não sei se algum dia serei capaz de olhar as imagens da conversa malfadada, embora consiga ler a transcrição do que se falou", conta Ricupero.

O livro de memórias, de mais de 700 páginas, evidencia que a trajetória de Ricupero não se limita ao papel no Real. O diplomata conta a sua vida desde a infância pobre no Brás, numa família de imigrantes italianos e narra a experiência nos primeiros anos de Brasília, onde acompanhou a renúncia de Jânio Quadros e o golpe de 1964. Ricupero fala ainda das suas passagens pelas embaixadas do Brasil nos EUA, entre 1991 e 1993, e na Itália, em 1995, e pelo Ministério do Meio Ambiente, em 1993 e 1994, além de tratar de seu período como secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), entre 1995 e 2004. A atuação como ministro da Fazenda, como mostram as "Memórias", é apenas uma das etapas de uma vida intensa.

" Fui o "algodão entre cristais", que evitou um choque direto entre Itamar e a equipe"

"Sem a comunicação, [o Plano Real] não teria dado certo"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1>

Alckmin defende Haddad e prega eficiência do gasto

Lucianne Carneiro, Paula Martini e Camila Zarur Do Rio

Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizer que o governo está colocando as contas públicas em ordem para alcançar o equilíbrio fiscal, mas sem citar o corte de despesas - o que contribuiu na quarta-feira

(12) para deixar mercado e empresas apreensivos -, o presidente em exercício Geraldo Alckmin reafirmou, nesta quinta-feira (13), o compromisso do governo com o arcabouço fiscal e defendeu a eficiência do gasto público, tanto pela arrecadação quanto pela despesa.

Ao participar do FII Priority Summit, encontro internacional de líderes e executivos promovido pela Arábia Saudita, no Rio, Alckmin fez um discurso enfático sobre o bom momento vivido pelo Brasil, com queda da inflação, do Risco Brasil e do desemprego e de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

As falas de Alckmin se somaram aos comentários dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, também no dia de ontem, de que o governo tem uma agenda para intensificar a discussão do gasto público.

Aliado político de Lula, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, também entrou no debate ao participar ontem de painel na cúpula que reuniu autoridades sauditas e brasileiras. Paes saiu em defesa de Lula, ao dizer que o presidente deu "uma mensagem clara sobre responsabilidade fiscal", mas com a necessidade de o país crescer.

Alckmin, por sua vez, elogiou o trabalho de Haddad e também disse ter confiança de que o dólar vai cair. Afirmou que o movimento de alta da moeda americana é passageiro e que o Banco Central continuará a reduzir a taxa básica de juros.

"O ministro Fernando Haddad tem feito um bom trabalho e o governo brasileiro é um governo do diálogo. Tenho certeza que vai ser um esforço para melhorar a arrecadação e, do outro lado, para buscar melhor eficiência do gasto público, ou seja, trabalhar também pelo lado da despesa", disse, em conversa com jornalistas após participar do FII Priority Summit, no hotel Copacabana Palace, na zona Sul do Rio.

Perguntado por jornalistas se não haveria redução de gastos, Alckmin reforçou: "Acabei de falar, melhor eficiência no gasto público, podendo fazer mais com o mesmo dinheiro. Ou seja, pelo lado da receita e pelo lado da despesa".

Eduardo Paes disse, na participação no evento, que não entendeu a reação do mercado após a fala de Lula. O prefeito do Rio afirmou que, depois do discurso do presidente, viu a opinião de conhecidos dele mudar ao longo do dia: "Quando o presidente Lula discursou aqui, três ou quatro banqueiros me falaram: "Que discurso incrível." Aí, quando chegou o fim da tarde, eles estavam todos: "Meu Deus, o mercado está agitado porque Lula disse algo"", afirmou Paes.

A reação do mercado se deu em um contexto em que se interpreta que o ministro da Fazenda parece ficar isolado na defesa de um ajuste que inclua o corte de gastos.

No discurso, Alckmin reforçou a importância da relação entre o Brasil e a Arábia Saudita, país que o presidente em exercício visitou no começo do mês.

Se hoje a corrente de comércio bilateral é de US\$ 7 bilhões, ele vê espaço para ampliar o comércio e os investimentos, além do intercâmbio cultural, social e turístico: "Quando a gente trabalha junto, atrai investimentos recíprocos, avança no desenvolvimento, gera emprego, e promove a paz e a vida digna das pessoas", disse.

O presidente em exercício afirmou não ter dúvidas de que a parceria entre Brasil e Arábia Saudita vai trazer bons frutos, investimentos para gerar emprego e renda para a população.

A questão ambiental também foi tema do discurso de Alckmin, que destacou o compromisso do governo com o desmatamento ilegal zero e com a Amazônia.

Ontem, o vice-presidente também participou do 1º Encontro Internacional da Indústria de Colchão. No evento, Alckmin recebeu a sugestão de incluir o produto no projeto Minha Casa, Minha Vida. A proposta foi chamada por representantes do setor de "colchão do trabalhador".

Em resposta, Alckmin disse que vai levar a demanda em consideração. Alckmin, que é médico de formação, ainda brincou afirmando que hoje o "dorminhoco está com tudo". "A coisa mais importante para a saúde é o sono. Antigamente, o dorminhoco era mal visto. Hoje, o dorminhoco está com tudo", disse, ao elogiar a indústria brasileira de colchões. "Eu destacaria esses aspectos fundamentais da saúde pública: sono e colchão de qualidade."

"A mensagem de Lula foi clara sobre responsabilidade fiscal"

Eduardo Paes

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902?page=1§ion=1)**

Imposto Seletivo: um museu de novidades - OPINIÃO JURÍDICA

Lina Santin, pesquisadora do NEF/FGV e sócia de Salusse Marangoni Parente e Jabur Advogados.

Em 1988, Cazusa, ávido pela vida e aflito pelo avançar das mazelas da AIDS, à época ainda sem tratamento, juntou-se a Arnaldo Brandão e escreveu a icônica canção "O tempo não para", nome que também serviu de título para o álbum lançado naquele ano.

Dentre seus marcantes versos, há um trecho bem conhecido pelos tributaristas, lembrado diversas vezes por Paulo Ayres Barreto durante as discussões que precederam a aprovação da EC132 e agora repetido por mim: "Eu vejo o futuro repetir o passado, Eu vejo um museu de grandes novidades..." É assim que nasce o novo imposto seletivo brasileiro (art. 153, VIII, da CF/88), com cheiro de naftalina e aparência de um IPI recauchutado.

Embora a redação original da PEC 45 previsse expressamente sua finalidade extrafiscal, o texto final da EC 132 retirou a menção a extrafiscalidade e previu sua incidência sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, mantendo sua vinculação às atividades que geram externalidades negativas.

A dificuldade é estabelecer os critérios para definir o que é prejudicial e o que se pretende combater ou desestimular. Ora, se até o processo produtivo de engarrafamento de água mineral pode ser danoso ao meio ambiente, assim como o consumo excessivo de água pode causar hiponatremia, tem-se na prática uma amplitude magnânima, sendo mais fácil e finito limitar as hipóteses sobre as quais não poderá incidir.

Daí surge o primeiro estranhamento quanto à contemporaneidade deste tributo: não há previsão para que o IS incida sobre bens imateriais, inclusive direitos, à exemplo do que ocorre para o IBS e CBS. Assim, o IS parece manter como referência a economia industrial pré revolução tecnológica.

Por sua vez, ao prever a incidência do IS sobre veículos, embarcações e aeronaves, o PLP 68/2024 ignora que não são propriamente os meios que poluem, mas sim o tipo e quantidade de combustível utilizado. Dois consumidores podem ter o mesmo modelo de veículo, mas um deles só utiliza seu carro

aos domingos, enquanto o outro é motorista de aplicativo. Assim como o mesmo carro flex pode poluir mais ou menos a depender do tipo de combustível de preferência do seu proprietário, que em sua maioria faz escolhas em razão do preço e não do impacto ambiental.

O projeto também deixou de prever a não incidência do IS quando referidos bens forem utilizados na consecução de atividade econômica do contribuinte, a exemplo das exceções aplicáveis ao 1PVA para serviços de transporte e outros. Assim, até mesmo as embarcações destinadas à pesca de subsistência estarão sujeitas ao imposto.

O frágil elo denexo causal entre a tributação do meio (e não do combustível) com a externalidade que se pretende atingir (no caso, a poluição), reforça os rumores de que o "novo" IS em realidade busca atingir a mesma base do antigo IPI, como simples meio de substituir referida arrecadação.

E para encerrar, ainda há o art. 421 do PLP 68 que prevê que as alíquotas específicas (ad rem) do Imposto Seletivo serão atualizadas monetariamente uma vez ao ano pelo IPCA. Este índice, calculado pelo IBGE, considera aproximadamente 430 mil preços em 30 mil locais mensalmente, comparando-os com os do mês anterior, resultando num único valor que reflete a variação geral de preços ao consumidor no período.

A indexação é uma prática antiga, amplamente utilizada nas décadas de ditadura militar, contribuindo para o cenário inflacionário que assolou o Brasil na década de 80. Assim, embora nos pareça que o objetivo do PLP 68 seja manter as alíquotas específicas atualizadas, esta medida pode em realidade influenciar a formação artificial de preços e contribuir para a **inflação**.

É possível que o preço de um item sujeito à alíquota específica do Imposto Seletivo não aumente de um ano para o outro, aumente em percentual inferior ou, ainda, superior ao IPCA. Contudo, a indexação ao IPCA não respeita essas hipóteses, pois obriga a atualização da alíquota com base numa média de **inflação** aplicável a uma gama de produtos e serviços que não necessariamente reflete a realidade da demanda e formação do preço daquele item sujeito ao IS.

Caso este item seja uma bebida que compõe a cesta de produtos utilizada para o cálculo do IPCA, por exemplo, o aumento automático do seu valor em razão da correção da alíquota específica pelo IPCA irá impactar a própria medição do IPCA e novos aumentos de preços serão registrados mensalmente, podendo causar o fenômeno cíclico de espiral inflacionária - um dos motivos que contribuíram para a hiperinflação no Brasil durante os anos 1980.

Embora o Imposto Seletivo não se sujeite ao princípio da neutralidade aplicado ao IBS e CBS (art. 156-A, §1º, CF/88) há outros comandos constitucionais que regem a ordem econômica nacional que devem ser observados, especialmente a livre concorrência e a defesa do consumidor (art. 170, IV e V, CF/88).

O possível aumento artificial de preços e seu impacto na **inflação** pode prejudicar ainda mais os consumidores de baixa renda, contrariando os princípios da justiça tributária (art. 145, §3º, CF/88) e da redução das desigualdades regionais e sociais (art. 170, VII, CF/88), além do comando constitucional de que a **legislação tributária** deve buscar atenuar efeitos regressivos (art. 145, §4º, CF/88).

Nos parece ser mais prudente prever outra forma de atualização das alíquotas específicas, evitando impacto artificial nos preços, possíveis consequências nocivas à **inflação** e ressaltando perdas arrecadatórias na hipótese do aumento real do preço ser maior que o índice indexado. Que as ideias correspondam aos fatos, pois o tempo não para.

Lina Santin, pesquisadora do NEF/FGV e sócia de Salusse Marangoni Parente e Jabur Advogados.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187902>